ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2026

Aos 30 dias do mês de setembro de 2026, pelas 17h00, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e Clarisse Susana Duarte Vieira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (20`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (20`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público municipal do projeto "Complexo Desportivo Municipal da Póvoa de Lanhoso", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Ponto Três (12`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo; Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, para o ano letivo de 2026/2027, bem como aprovação de minuta de contrato interadministrativo.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Clarisse Cardoso Matos; Domingos Pereira da Silva; Bela Mónica Pereira Araújo; Joaquim Armando da Silva Fernandes; Alvarina Mota da Silva; Miguel Campos Almeida; Tiago Filipe Pereira da Silva; Roberta Carla Cardoso Veloso e Graciano Filipe Direito Fernandes.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; Luís Artur Ribeiro Pereira; João Carlos Oliveira; Nuno Frederico Almeida e Silva de Aguilar Monteiro; Vítor Hugo Araújo da Silva; Sandrina da Silva Fortes; Marília da Luz da Silva Fernandes; Lívia Narcisa de Oliveira Guimarães e Sérgio Matias de Sousa Reis.

Esteve presente o membro do CDS-PP: Carla Cristina dos Santos Góis Martins.

Esteve presente o membro do CHEGA: João Luciano Pinto da Conceição, mas teve que se ausentar não permanecendo até ao final da sessão.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Póvoa de Lanhoso; Santo Emilião; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União das Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; Covelas; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; Ferreiros; Lanhoso; Sobradelo da Goma e Rendufinho.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes, mas que integram a bancada parlamentar do PS: Monsul e Serzedelo.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira e Gilberto António Sousa dos Anjos.
Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Fátima Elizabeth Campos Alves; José Manuel Costa da Silva e Sara Catarina Ribeiro de Lima.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e começou por informar que foram submetidas duas candidaturas aos prémios da ANAM, referentes à Assembleia Municipal Jovem e às boas práticas das Assembleias Municipais.
Depois, colocou à votação do plenário a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2026, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade, e passou de imediato a palavra à segunda secretária da Mesa, para leitura da correspondência.
Após a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que o deputado do partido Chega, Hilário Silva, tinha solicitado a suspensão de mandato por um ano, passando a deputada Sónia Manuela Loureiro Silva a deputada efetiva, embora a mesma tivesse solicitado substituição, tendo sido substituída pelo deputado João Luciano Conceição. E passou ao período antes da ordem do dia (PAOD), concedendo a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Gostaria de deixar quatro questões concretas relativamente a situações que temos vindo a acompanhar. A primeira prende-se com cemitério municipal em dezembro de 2024 o CDS trouxe a esta assembleia a necessidade de criação de um columbário, ou seja, um espaço próprio destinado à colocação de urna com cinzas. Na altura, foi-nos transmitida a intenção de adaptar o espaço, mas sem uma previsão concreta para a sua concretização. Passado este tempo, gostaríamos de saber se já foi realizado algum levantamento ou estudo, se existe já um projeto e se há uma previsão concreta para criação deste espaço?

A segunda questão prende-se com o ribeiro que atravessa a nossa vila, mais concretamente junto à zona dos CTT, de há uns tempos a esta parte, temos verificado uma quantidade significativa de plantas a crescer no curso de água e nas suas margens. Gostaríamos de saber se esta situação já foi identificada pelos serviços municipais, se está prevista alguma intervenção de limpeza, se existe um acompanhamento regular daquele local e, por último, se foi já avaliado se estas plantas correspondem a alguma espécie aquática invasora.

A terceira questão prende-se com a intervenção na rua Jorge Amado, iniciada em agosto. Tanto quanto conseguimos verificar, terá estado relacionada com uma ocorrência na rede de abastecimento de água, tendo inclusivamente existido uma interrupção do abastecimento durante uma manhã. O problema foi entretanto resolvido, mas permanecem no local grades e uma quantidade significativa de terra, ocupando parte da via. Aproveitando esta situação concreta, gostaria de perguntar qual é, em média, o prazo previsto para a conclusão e reposição da via após este tipo de intervenção e se existe já uma previsão para a conclusão deste caso?

Por último, relativamente às passadeiras, em junho, o senhor Presidente disse-nos que a intervenção na rua 25 de Novembro estava prevista e que aquilo que ainda não foi feito, seria feito. Entretanto, verificamos que algumas passadeiras da responsabilidade municipal continuam sem repintura, como o CDS alertou ainda no mandato anterior, a informação então prestada pelo executivo relativamente à responsabilidade pela intervenção não estava correta, uma vez que a rua 25 de Novembro, não está sob a tutela das Infraestruturas de Portugal. As intervenções da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal já foram entretanto realizadas, sendo evidente que a estrada nacional não passa na rua 25 de Novembro. Mantém-se, portanto, o horizonte temporal que nos foi indicado para execução destas intervenções? Existe já uma programação concreta para a sua realização? Obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar (GP) do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Período antes da ordem do dia, só um aspeto prévio para o senhor Presidente da Assembleia, reitero a dificuldade e a desadequabilidade dos horários de marcação destas assembleias. As assembleias devem contribuir para o equilíbrio entre a vida profissional de nós todos com o de tão importante que aqui se trata, mas, por vezes, é difícil conciliar a vida profissional com a disponibilidade para estarmos cá em horários, mais ou menos marcados, julgo que, por sua livre e espontânea vontade, senhor Presidente, já o reclamei, reitero essa reclamação.

Mas hoje a razão de cá vir é fundamentalmente, para vos falar de um dos pontos que tenho referido ao longo das últimas duas, três, Assembleias Municipais, o PDM. Até é com estranheza que não vejo o PDM referido na ordem do dia de hoje. A discussão pública está em curso, a segunda revisão do Plano Diretor Municipal é demasiado importante para ficar reduzida a números ou a hectares, como vimos na conferência do senhor Presidente da Câmara, aqui há dias. A questão essencial, na nossa opinião, na minha opinião, a questão essencial é que Póvoa de Lanhoso queremos para as próximas gerações? Consultei os documentos, os extensos documentos, os milhares de ficheiros e os quilos intermináveis de papéis e reconheço várias coisas positivas no plano realizado. É positivo, por exemplo, verificar várias das preocupações que temos vindo a levantar estão hoje refletidas nesse documento. Concordo, reconheço, quando a oposição apresenta propostas sérias, o concelho ganha quando elas são consideradas, tenho que o reconhecer.

O regulamento assume como objetivos a fixação da população e a qualidade de vida, consultem as atas, associando-se à requalificação ambiental, melhoria das condições de urbanidade e desenvolvimento económico, consulte as atas, por isso, pretendo é deixar-vos aqui que, mais de descrever objetivos, pretende-se arranjar uma estrutura para os concretizar.

Vou partilhar convosco seis propostas de operacionalização, vamos dar uma visão prática àqueles milhares de ficheiros, àquelas dezenas de quilos de papel. Vamos olhar a praticidade de todo o Plano Diretor Municipal, não chega fazer planos bonitos, não chega apenas falar em hectares, senhor Presidente. Vamos começar por um aspeto que deve ser cada vez da maior atenção para todos os políticos, a habitação. A habitação, o senhor Presidente, anunciou mais capacidade para habitação, comércio e serviços, dizia-nos que passávamos de dois mil e vinte e cinco para dois mil e noventa e dois hectares, o que corresponde a 3,3% de aumento, é um crescimento relativamente contido perante a ambição anunciada de fixar população, parece-me pouco ambicioso e até eventualmente, lesivo para as ambições de muitos povoenses, mas 3% é o que é. É um bom princípio, vamos ver, parece-me pouco, mas o senhor Presidente terá razões para justificar esses 3%, mas mais importante ainda, solo disponível não significa automaticamente habitação, nem mais famílias. Precisamos de habitação acessível,

emprego qualificado, mobilidade, escolas e serviços e espaços públicos de qualidade, água, saneamento e o próprio regulamento prevê esses mecanismos para habitação pública a custos controlados e até para o arrendamento acessível. Por isso, apresento-lhe uma primeira proposta, vou-lhe apresentar então como primeiro desafio de operacionalização do PDM, um programa Municipal de habitação associado ao PDM, privilegiando a reabilitação. A reabilitação, a habitação acessível e ocupação dos espaços já infraestruturados.

Segundo aspeto, economia, na economia, tivemos o grande anúncio da sua conferência de imprensa e que foi muito propagado nos jornais, dizia o senhor Presidente, íamos ter mais 82% de área para atividades económicas, bem referindo-lhe eu que esses 82% resultam no aumento de 95 para 175 hectares. Mas senhor Presidente, ilustre executivo, mas uma empresa não investe na Póvoa de Lanhoso, só porque vê uma mancha colorida no PDM, investe se tiver bons acessos, água, saneamento, energia, telecomunicações, recursos humanos qualificados, segurança, previsibilidade e o próprio PDM confirma essa tendência, por exemplo, quando refere que no Parque Empresarial de Lanhoso, o regulamento associa o seu desenvolvimento, à nova variante de ligação entre o centro da Vila e a nacional 103 e atribui ao município a promoção dessa infraestrutura como condição prévia ao desenvolvimento do plano de pormenor. A questão deixa de ser, se precisamos dessa ligação e passa a ser quando será feita, quanto custará e como será financiada?

Segunda proposta, então cada nova área empresarial devia ter uma ficha de execução, identificando acessibilidades, infraestruturação, investimento, financiamento, responsável/promotor e calendário.

Terceiro aspeto, mobilidade. A nossa geografia deveria constituir uma vantagem competitiva. A nossa proximidade de Braga e de Guimarães é uma vantagem enorme, mas agora, não chega estarmos próximos em quilómetros, temos que estar próximos em tempo e assim, desafio o município, o executivo, a desenvolver uma estratégia municipal de mobilidade e acessibilidades, contemplando as ligações estruturantes a Braga e Guimarães, a variante ou circular urbana, os acessos empresariais, os transportes públicos, os novos modelos de transporte e a forma de aproveitarmos as futuras redes ferroviárias de alta velocidade que vão estar aqui tão perto, fundamental para o desenvolvimento socioeconómico da nossa terra.

Mas, reconheço também, que o PDM refere e reconhece a importância destas ligações e da proximidade aos concelhos limítrofes. Eu gostava aqui era que se operacionalizasse e se desse um conteúdo prático e objetivo destas situações.

Quarto aspeto, quarta área, que a muito nos diz, a Póvoa de Lanhoso, é um concelho maioritariamente agrícola, com imensa floresta e, por isso, também não podemos falar da sustentabilidade, esquecendo o mundo rural. Um parenteses, que bons exemplos, recebemos do município próximo de Terras de Bouro, onde a convivência com a natureza e a gestão e a promoção de cativar a vinda de pessoas está a resultar em pleno, por isso,

o PDM introduz proteção, produção, multifuncionalidade da floresta e isso é positivo, mas ordenar é fundamental, proteger indispensável, só que também precisamos de criar e acrescentar valor.

Faço-vos uma quarta proposta de operacionalização, um programa Municipal de valorização agrícola e florestal, um programa onde seja permitido o apoio à gestão agregada da floresta, em espécies adequadas, como é referido no PDM, à agricultura sustentável, à promoção dos produtos locais, mas também à promoção da defesa dos incêndios por via da criação de valor acrescentado, há profissionais da área aqui que sabem que a proteção das florestas pode ser uma mais-valia económica. O próprio regulamento até integra orientações de produção, de proteção e de silvo-pastorícia no processo.

Quinto aspeto, água e alterações climáticas. Esta é uma área em que o PDM podia e devia ser mais ambicioso. O regulamento contém princípios interessantes, não nego, contém princípios que reconheço como positivos, sejam eles o reaproveitamento das águas pluviais, o reaproveitamento das águas residuais tratadas, os pavimentos permeáveis, a renaturalização das linhas de água, a arborização urbana, coberturas verdes e soluções de retenção e infiltração, positivo. Podíamos, no entanto, questionar o planeamento e o enquadramento destas infraestruturas de apoio para que isto aconteça, mas não é isso que vamos agora falar, aquilo que lhe queria dizer era, como vamos operacionalizar isto? E desafio-o a promover uma estratégia municipal da água e resiliência climática, com uma regra fundamental, não promover expansão urbana significativa, sem demonstração da disponibilidade de água, capacidade de saneamento e adequabilidade de drenagem pluvial.

E repare, isto aqui não sou eu que o estou a dizer, é o próprio regulamento que o senhor subscreveu e apresentou. O regulamento já exige que unidades operativas de planeamento e gestão exigem uma avaliação prévia, quer dos impactos de recursos hídricos e sistemas de abastecimento e por, aí fora.

Sexto aspeto e último, execução e dinheiro. Este será, com certeza, o problema mais objetivo e mais claro do assunto. O próprio regulamento determina que a programação do plano se concretize através da inscrição dos projetos e ações no plano de atividades municipal e quando aplicável no orçamento municipal. Excelente, ficamos a aguardar a sua concretização.

Esta sexta proposta será então um quadro público de execução do PDM apresentado anualmente a esta Assembleia. Um projeto, como se apresentavam os projetos, os custos, os financiamentos, os responsáveis, os prazos, as percentagens de execução, e os resultados. Isto não será burocracia, será apenas e só, na minha opinião, transparência e controlo pelo órgão da Assembleia Municipal e, por isso deixo o desafio ao senhor Presidente da Câmara, ao executivo, mas sobretudo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal como órgão fiscalizador.

E termino, com a participação pública, se este PDM é para décadas, como disse o senhor Presidente, não é, é para uma década e com revisões seguintes, temos de proporcionar aos povoenses as melhores condições para conhecer esse e o discutir. Começo por lhe dizer que fiquei extremamente desagradado quando não consultou no âmbito da Assembleia Municipal, como sabem, existem várias comissões, uma delas chama-se Toponímia, Trânsito e Planeamento. E os colegas com quem partilho essa comissão, foi com estranheza que não viram qualquer manifestação junto de qualquer um dos elementos, uns mais próximos, com certeza, do senhor Presidente, outros talvez menos, mas, por exemplo, eu e mais outros vivemos ali perto de Monsul, podíamos falar consigo facilmente."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O tema que, e presumo que o tema mais importante nos próximos tempos, que iremos debater na Póvoa de Lanhoso é o PDM, vamos discutir um dos documentos mais importantes para o futuro da Póvoa de Lanhoso, a revisão do Plano Diretor Municipal. Não estamos a falar de um instrumento técnico, estamos a decidir como queremos crescer, onde queremos investir, como proteger os nossos recursos naturais, que oportunidades queremos criar para as gerações futuras.

O Partido Socialista encara esta revisão do PDM como uma oportunidade estratégica para responder aos desafios que o concelho enfrenta. A necessidade de fixar população, criar condições para habitação, atrair investimento, valorizar o território rural, reforçar a competitividade económica da Póvoa de Lanhoso. Os novos PDM's devem ser verdadeiros instrumentos de desenvolvimento e não apenas documentos de controlo urbanístico, devem assumir uma visão estratégica, integrar políticas públicas e criar condições para concretizar um projeto do território.

É precisamente essa visão que encontramos nesta revisão. Uma proposta parte de um trabalho iniciado em 2020, envolvendo inúmeras entidades públicas, sucessivos momentos de concertação técnica e um exigente processo de acompanhamento institucional. O parecer final da Comissão de Coordenação Norte foi favorável, reconhecendo a conformidade global da proposta com os programas territoriais existentes e validando o trabalho desenvolvido pelo município.

Importa sublinhar um aspeto que muitas vezes tem sido ignorado no debate público, ao contrário do que algumas críticas procuram fazer crer, a revisão do PDM não representa uma liberalização descontrolada do território, pelo contrário, a própria Comissão de Coordenação Norte reconhece que a proposta foi elaborada à luz das novas regras,

abandonando os antigos conceitos de solos urbanizáveis e procurando adequar o solo urbano às necessidades efetivas do concelho.

O município assumiu uma opção clara, criar condições para o crescimento sustentável e para a valorização das freguesias, sem hipotecar os valores ambientais nem comprometer o equilíbrio territorial. E fê-lo porque conhece a realidade da Póvoa de Lanhoso. Conhece os constrangimentos de quem pretende construir junto das suas aldeias, conhece a necessidade de criar alternativas para os jovens permanecerem no concelho. Conhece a importância de valorizar os espaços produtivos, os territórios agrícolas e florestais e as áreas destinadas ao desenvolvimento económico. Aliás uma das características desta revisão é precisamente a defesa da autonomia municipal no planeamento territorial.

Ao longo do processo, várias entidades formularam questões, sugestões e recomendações legítimas. Muitas foram acolhidas, outras não foram, e não foram, porque o município entendeu e bem, na nossa perspetiva, que a estratégia do desenvolvimento territorial é uma opção política que compete aos órgãos democraticamente legitimados definir. Essa posição foi claramente assumida nos relatórios de ponderação apresentados após a Comissão Consultiva. O Partido Socialista concorda com essa posição. Os pareceres técnicos são essenciais, mas o futuro da Póvoa de Lanhoso não pode ser decidido exclusivamente por interpretações administrativas. Tem que resultar da vontade dos seus representantes eleitos e da estratégia que consideramos mais adequada para servir a população.

Também importa destacar que esta revisão reforça preocupações cada vez mais relevantes, a adaptação às alterações climáticas, a proteção de recursos hídricos, a valorização da estrutura ecológica municipal, a prevenção dos incêndios rurais, a melhoria da mobilidade, a promoção da habitação e a criação de condições para novas atividades económicas.

Estamos por isso, perante um documento que procura equilibrar desenvolvimento e sustentabilidade, naturalmente, nenhum PDM é perfeito e acabado, nenhum plano consegue antecipar todas as necessidades dos próximos dez ou doze anos, mas aquilo que temos em discussão pública é uma base sólida para continuar a construir um concelho mais atrativo e mais competitivo e com mais oportunidades para quem vive e trabalha.

Mas é também o momento de reconhecer o trabalho realizado, reconhecer os serviços municipais, reconhecer a equipa técnica, reconhecer todos os que participaram neste processo complexo e exigente. A Póvoa de Lanhoso precisa de um PDM preparado para os novos desafios. Um PDM que não seja um travão ao desenvolvimento, um PDM que promova a coesão territorial, um PDM que valorize as freguesias, um PDM que permita criar emprego, fixar população e melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminada a primeira fase de intervenções e usou da palavra para responder à reclamação feita pelo deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar, sobre os horários das sessões da Assembleia Municipal, referindo que os horários das reuniões são decididos em função da agenda do senhor Presidente da Câmara, a menos que o plenário dê indicações em contrário, e são concertadosem conferência de líderes também de acordo com o horário do senhor presidente da câmara. Registou ainda, o registo da insatisfação do GP do PSD, acrescentando que se podem associar à insatisfação do partido socialista, nomeadamente na condução dos trabalhos por parte da Mesa, o que mostra a isenção com que a Mesa conduz os trabalhos.
E deu continuidade à sessão concedendo a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"*Em primeiro lugar, dar as boas vindas ao deputado do Chega. Penso que é a primeira assembleia em que participa neste órgão, neste mandato, dar-lhe as boas-vindas e desejar-lhe um bom trabalho.*
A deputada Carla Góis colocou quatro questões, a primeira delas tem que ver com o cemitério municipal. Sim, nós estamos já numa fase avançada do processo, tanto de estudo como de negociação do terreno que está, portanto, no seguimento do cemitério já existente, temos intenção de avançar brevemente com a aquisição e poder desenvolver depois, esperamos nós numa só fase, mas é possível que não seja exequível numa fase, mas avançar com uma fase seguinte, pelo menos, que permita satisfazer as necessidades, nomeadamente as necessidades de deposição de cinzas de defuntos, como é hoje já sobejamente reconhecido, que essa necessidade vai surgindo com cada vez mais frequência, portanto, nós devemos adequar os espaços aos novos tempos e o novo projeto tem isso também em conta.
Sobre o ribeiro do Pontido, e sobre alguma flora que vai surgindo na linha do ribeiro, eu não tenho conhecimento de nenhuma situação considerável extraordinária, mas vou solicitar aos serviços que nos informem. Nós temos feito a limpeza de forma recorrente e normal, digamos assim, o que não significa que não possa pontualmente surgir alguma necessidade, mas eu vou junto dos serviços indagar a informação que nos fez chegar hoje.
Sobre o abastecimento da água da rua que referiu sim, de facto, existiu uma necessidade de uma intervenção. O tempo de reposição do piso nunca está de acordo com aquilo que é a expectativa natural das pessoas, nomeadamente das pessoas que frequentam mais as ruas que são intervencionadas, por uma razão simples, porque nós não podemos fazer reposição do piso de forma demasiado imediata sob pena, de depois de termos cedências de piso, por força da cedência dos solos, por muito que haja uma compactação

existente por parte de quem executa o serviço, essas valas, digamos assim, precisam de tempo para poder assentar devidamente e para podermos fazer uma intervenção que depois não tenha que ser repetida e, portanto, eu vou também junto dos serviços tentar perceber se existe uma previsão em termos de execução dessa correção de piso, sendo certo que a razão que tem que ver com aquilo que descreveu foi esta que acabei de explicar.

Sobre a rua 25 de novembro, sim, nós quando à data conversámos sobre isto, talvez eu me tenha explicado mal, mas quando à data conversámossobre isto, aquilo que nós estávamos ainda a tentar fazer com as infraestruturas de Portugal é chegar a um entendimento relativamente à intervenção que poderiam fazer e não só em relação a estas passadeiras, em relação a outras necessidades ao longo desta via e, portanto, chegámos a entendimento relativamente a outras necessidades, eu já tive a oportunidade de explicar aqui em várias Assembleias Municipais. Estas em concreto serão, terão de ser da responsabilidade dos serviços da Câmara Municipal, já estão programadas e vão acontecer muito brevemente, portanto, fique com essa nota, também, não tendo sido possível convencer a IP a executar esta parte não da empreitada, porque não pertence à empreitada, mas da necessidade que resulta também da empreitada para não termos umas passadeiras, requalificadas e outras não, não tendo sido possível chegar a acordo sobre este ponto, especificamente, vamos assumir essa execução com os serviços da Câmara Municipal.

O deputado Nuno Aguilar colocou aqui várias questões, a primeira que tem que ver com o facto de não estar o PDM na ordem do dia, senhor Presidente, senhores deputados, não está nem tem de estar, estamos em plena discussão pública, teremos sim o PDM na ordem do dia num período posterior à discussão pública, quando ele desejavelmente tenha sido aprovado já em sede de Câmara Municipal e será discutido pela Assembleia Municipal. Prevejo e espero que possa acontecer entre o final deste ano e a Assembleia Municipal de fevereiro, idealmente, este ano, se não for este ano, será em fevereiro, mas tão breve quanto possível.

Sobre a Póvoa de Lanhoso que queremos ter, eu concordo com uma parte da sua intervenção. Concordo com a parte da intervenção em que refere a necessidade de nós monitorizarmos com muito cuidado aquilo que queremos executar nos próximos anos, nisso estamos de acordo, concordo com a possibilidade até de termos, como referiu, uma estratégia municipal da água e da resiliência climática, uma estratégia municipal da mobilidade e referiu outra estratégia que eu não tomei a devida nota, também agradeço, e suponho que tenha que ver com a evolução dos tempos, portanto, recordo-me que quando tivemos a primeira discussão pública, municipal e autárquica, do Plano Diretor Municipal, há uns anos atrás, e eu era vereador da oposição, o senhor já era membro desta Assembleia Municipal e à data, estas propostas, de facto, não surgiram, mas não é uma crítica atenção, não é uma crítica, calma, estas propostas, não surgiram, era, era quando foi concretizado era, mas podemos confirmar isso, depois, à margem

desta reunião e, portanto, à data, estas propostas não surgiram, agora temos propostas de acompanhamento, de definição de estratégia, de escrutínio, de transparência e conteúdo por parte da Assembleia Municipal, portanto, eu fico satisfeito que haja uma evolução relativamente à forma como se entende que deve esta Assembleia Municipal acompanhar a execução e o Plano Diretor Municipal. Isso não muda em nada a forma como nós olhamos para esta revisão, e não muda em nada a nossa intenção relativamente à sua implementação.

E sobre isso, já vou falar sobre isso também, mas sobre isso, queria dizer que, para que fique claro, dando só um exemplo, eu percebi que não terminou a sua intervenção, portanto, teremos três minutos para esclarecimentos, o senhor deputado, terá oportunidade de concluir a sua intervenção, mas só para dar o exemplo, uma breve nota sobre ter ou não sido consultada a comissão constituída no âmbito desta Assembleia Municipal. A Comissão foi consultada como foi consultada há uns anos atrás, a consulta que foi feita, foi aos líderes das bancadas desta Assembleia Municipal, se bem me recordo, existiu uma primeira convocatória com um equívoco qualquer relacionado com os e-mails, e existiu uma segunda convocatória para que pudessem ser ouvidos e para que pudessem ser consultados, portanto, é essa a informação que eu tenho por parte, tanto dos serviços como do vereador desta área, portanto, foram consultadas as bancadas que tiveram oportunidade de se pronunciar, tal como aconteceu, ordinariamente na primeira revisão do PDM à data era eu, como já disse, vereador e o senhor deputado era deputado desta Assembleia Municipal.

Sobre o PDM propriamente dito e aí sim interessa termos uma mensagem mais esclarecedora, quando falamos da revisão do Plano Diretor Municipal, é verdade que queremos ter uma visão, pode ser de dez anos, a minha visão não é, e a minha vontade não é de influenciarmos um documento que tenha um impacto durante dez anos ou só de dez anos na Póvoa de Lanhoso, até porque se nós analisarmos aquilo que foi a revisão do último PDM teve impacto durante estes anos e alguns impactos estruturantes que se manterão durante as próximas décadas. E é assim que eu olho para este documento.

Pode ser alterado daqui a dez anos, ou cerca de dez anos? Teoricamente pode, na prática, ninguém imagina que se vai alterar completamente daqui a dez anos, aquilo que foi definido, ou que será definido neste momento, da mesma forma que nós, neste momento, não podemos nem sequer temos, não temos essa pretensão, nem a possibilidade de alterar profundamente aquilo que foi definido na primeira revisão do Plano Diretor Municipal, portanto, sim, é preciso pensarmos neste momento, em alterações que possam influenciar positivamente o concelho a vários níveis, não só para dez anos, mas a médio e longo prazo. E essas alterações, como eu tive oportunidade de explicar também publicamente esta semana, mas quero fazê-lo nesta Assembleia Municipal, estas alterações não resultam só de números, só de hectares, relativamente a cada uma das áreas que entendemos que são importantes e é verdade que estamos de acordo, quando diz a oposição tem defendido isso, a oposição tem defendido aquilo que

é natural e eu congratulo-me pelo facto de a oposição estar de acordo com aquilo que é a nossa visão, se tivéssemos em papéis contrários, estaríamos de acordo na mesma, portanto, é positivo a oposição, o PSD, há mais partidos da oposição, é positivo que nós tenhamos a mesma visão sobre estas matérias, mas é também importante que nós compreendamos o porquê deste resultado e de que forma é que ele deve influenciar o futuro.

Quando nós estamos a falar de mais 82% de espaços de atividades económicas e senhor diz sim, mas depois é importante compreendermos quem vai fazer, como vai ser feito, que infraestruturas vão ser criadas. Tudo isso está certo, mas o primeiro passo é este e se nós não dermos este primeiro passo, pensar em tudo isso, é um pensamento de uma utilidade discutível, talvez, até porque se fizermos essa discussão, se tivéssemos feito essa discussão há um ano atrás ou há dois anos atrás, não passaríamos da reflexão, porque na prática não teríamos condições. Então hoje, queremos criar condições para que possamos passar das palavras aos atos e sim, o município deve estar preparado na minha opinião, para poder ser o motor de transformação, no que diz respeito a estes passos, se a atividade empresarial ou privada não encontrar no concelho da Póvoa de Lanhoso, forma ou vontade, ou oportunidade para o poder fazer, aliás, já aconteceu noutros municípios pelo país abaixo, eu penso e sinto dos indicadores que temos da atividade económica que a Póvoa de Lanhoso não está nessa situação, mas se for necessário, devemos estar preparados para o fazer, não sinto que seja necessário e, portanto, é importante neste documento conseguirmos o equilíbrio entre o criar de condições para que a atividade económica possa desenvolver-se e para que o território passe a oferecer soluções que ainda não tem hoje para os empresários do concelho. Muitos deles procuram crescer e passar e criar outras condições com novas instalações e o concelho ainda não oferece condições para isso, mas também empresas de fora do concelho que frequentemente procuram a Póvoa de Lanhoso numa escala diferente daquela que nos fomos habituando ao longo dos anos e à data de hoje ainda não temos condições para isso, devemos preparar-nos mais uma vez, digo não só para a próxima década, preparar-nos para as próximas décadas e se daqui a dez anos, quando houver uma nova revisão, pudermos reforçar os meios que foram criados agora, se houver essa necessidade, melhor ainda, mas hoje aumentarmos 82% de espaços de atividades económicas, na minha opinião, é um dado importante e positivo.

Como é importante e positivo, também, criarmos condições sim, para que as famílias se possam instalar na Póvoa de Lanhoso, para que tenhamos um crescimento dos espaços que permitam criar habitação, criar soluções de habitação prioritariamente para aqueles que vivem cá no concelho. Estamos também a pensar num plano que nos permita implementar uma solução para os mais jovens. A senhora vereadora Fátima Moreira está a trabalhar precisamente num plano que nós esperamos apresentar em breve, que nos permitirá canalizar especificamente determinada solução para as camadas, para as faixas etárias mais jovens, mas somos obrigados e devemos pensar, somos obrigados,

não é uma inevitabilidade, devemos pensar e queremos pensar no tema da habitação como um tema transversal a nível etário, não é um tema de uma só geração, e é por isso também, que a implementação e a execução da estratégia local de habitação é tão importante nos dias que correm, e é por isso também que nós temos a pleno vapor a habitação pública no Bobeiro na freguesia de Fontarcada e vamos iniciar muito brevemente a construção com financiamento já diferente, mas a construção em Monsul das habitações que foram em primeira mão aprovadas na estratégia local de habitação com financiamento PRR e que agora terão uma fórmula diferente e uma configuração diferente em termos de financiamento.

Ora, estamos a falar de economia, estamos a falar de habitação, estamos a falar de famílias, de criação de oportunidades. Quando a economia cria oportunidades, as pessoas fixam-se e atraindo novos habitantes, mas é preciso, na nossa opinião, também conjugar todos estes interesses e todos estes objetivos e estas metas com algo que para nós é fundamental e que eu espero que também seja para esta Assembleia Municipal, que é a manutenção daquilo que são as características naturais do concelho, do espaço florestal ecológico do concelho. Quando falamos de ecologia, claro, que se estivermos a falar de habitação, falamos disso quase sempre como uma condicionante, não, não tem que ser uma condicionante, tem que ser conjugável, com os outros interesses e com os outros propósitos que eu aqui referi anteriormente, e é por isso que nós prevemos um aumento de quase mil e trezentos hectares no concelho de espaços de proteção ambiental e florestal ecológico, que ajude precisamente a manter o estatuto e a imagem que este concelho tem, que o nosso concelho tem, de concelho especialmente ligado ao turismo natureza, e especialmente ligado a um determinado tipo de turismo que faz parte da nossa imagem e que atrai um público importante para este setor em específico, que é o setor do turismo.

Portanto, nós precisamos de encontrar neste documento o equilíbrio entre o interesse da economia, o interesse das famílias, o interesse do espaço do meio ambiente, digamos assim, da ecologia, da floresta e dos espaços agrícolas, e fazer tudo isto conseguindo criar um equilíbrio técnico que isso é toda outra discussão, com as vinte entidades, incluindo a câmara, portanto, as dezanove demais entidades que têm a responsabilidade e o direito de se pronunciar sobre a Revisão de um Plano Diretor Municipal.

E, por isso, se me perguntar, senhor deputado, se eu estou satisfeito com o facto de nós termos aumentado em 77, quase 78 hectares, os espaços económicos com 82% de crescimento, é muito bom. Eu se pudesse e se pudesse decidir isso, digamos, sozinho, provavelmente teria ido mais longe, se me perguntar na habitação se 67 hectares é suficiente, bom é melhor do que não termos crescimento nenhum, coisa que já aconteceu em vários concelhos, não, o grande drama, o grande drama, senhor deputado, o grande drama, infelizmente, é que nós temos concelhos deste país, eu sei do que estou a falar, nós temos concelhos deste país em que técnicos de determinadas entidades conseguem exercer um poder que condiciona de tal forma o resultado final da

revisão de um Plano Diretor Municipal que a taxa de crescimento nesta área é zero e, portanto, é evidente, é evidente que nós se não estamos totalmente satisfeitos, devemos congratular-nos com o facto de termos mais 67 hectares que nos dão espaço de manobra para que este crescimento possa acontecer por isso sim, nós estamos, eu prefiro hoje valorizar o facto, de estarmos de acordo em relação a vários pontos que aqui trouxe, espero que tenha sido claro em relação às explicações que aqui prestei.

Espero, sobretudo que o período de discussão pública decorra de forma que os munícipes tenham oportunidade, cada munícipe tenha a oportunidade de durante esses trinta dias úteis, que são quase quarenta e cinco dias de calendário, quarenta e dois, quarenta e três dias de calendário, de apresentarem os seus contributos nos termos em que já foi tornado público. Há várias formas de o fazer, podemos falar sobre isso também hoje, se assim o entenderem, há muitas, há inúmeras formas hoje de o poderem fazer e eu espero que nenhum munícipe, ou nenhuma entidade, ou nenhuma empresa perca a oportunidade, durante este período, de o fazer, de apresentar a sua proposta. Depois o resultado, como sabem, e como já aqui expliquei, não depende totalmente da Câmara Municipal, também, já expliquei isso muitas vezes a muitos munícipes que nos têm procurado com toda a transparência, precisamente para que se compreenda que o resultado final da revisão do Plano Diretor Municipal, se for positivo do ponto de vista de determinado munícipe, não é totalmente mérito da Câmara Municipal, mas se não for de encontro à pretensão de determinado munícipe ou de determinada entidade também não é totalmente responsabilidade, certamente, da Câmara Municipal e eu fiz essa transmiti esta mensagem durante cinco anos, centenas de vezes, de forma consistente, de forma coerente para que as pessoas percebam com transparência e com seriedade, qual é o papel que a Câmara Municipal tem neste processo e pode ter e qual o papel de outras entidades que, infelizmente, têm uma voz tão ativa como a Câmara Municipal neste processo. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor Presidente, é para lavrar um protesto. Para lavrar um protesto respeitosamente em relação à afirmação que foi proferida pelo senhor Presidente da Câmara, nesta última intervenção, de que o grupo, a liderança do grupo parlamentar do PSD, tinha sido convocado para uma reunião de apreciação e conhecimento do PDM. Isso é uma informação errónea que lhe deram, e está absolutamente errada. Nós não fomos convocados para nenhuma reunião, houve aqui uma informação numa assembleia em que eu não estive presente numa sessão do senhor vereador do pelouro que houve uma confusão com os e-mails, mas não foi retificada essa confusão, porque nós não

recebemos qualquer convocação, portanto, dizer-lhe que é esta a correção que temos que fazer, que nós não tivemos qualquer reporte, conhecimento do desenvolvimento do PDM, nem sequer o senhor representante da Assembleia Municipal que está ali na Mesa se dignou dar-nos alguma informação, estivemos às cegas, fomos procurar de modo próprio a informação, tivemos a colaboração dos senhores vereadores do PSD e, portanto, lamentavelmente, nós estamos aqui a debater um tema em que temos pouca informação e penso que pela transparência, e até pela cordialidade e compromisso do senhor Presidente, para colaborar com os deputados municipais, era necessário e imperioso que tivéssemos outra informação.

E para terminar, dizer-lhe que lamento que só daqui a seis meses voltemos a debater este assunto, se for daqui a seis meses que o senhor está a ser muito otimista em relação ao plano de cronograma para o debate, porque se vamos debater, só este assunto quando ele for para aprovação da Assembleia, é lamentável, nós devemos debater este assunto antes de ir à aprovação da Câmara, senhor Presidente, é um desafio, um repto e até um pedido, uma instância que lhe faço. Obrigado, senhor Presidente da Mesa."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao primeiro secretário da Mesa, José Faria, enquanto deputado do GP do PS e representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva do PDM.

Interveio o deputado José Faria, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Já o tinha, aliás, o senhor deputado Rui Rebelo referiu agora, eu já tinha a intenção, efetivamente de poder ter estado na Assembleia anterior e prestar já alguma informação, simplesmente por razões de saúde, por um lado, e por razões profissionais, por outro, eu tive que faltar à Assembleia, e, portanto, decidi fazê-lo nesta e também porque nesta Assembleia estávamos em período de previsivelmente, na altura, estaríamos, agora sabemos que estamos, em período de discussão pública e, portanto, basicamente, a senhora vereadora Fátima Alves, sabe muito bem o que é que estou a falar, porque esteve anteriormente nesta função, este é um processo extremamente técnico, extremamente complexo, a legislação é bastante e é complexa, e encaminha todo o processo, não só para trabalho da Câmara Municipal, mas para aprovação e discussão de entidades que superintendem nestas matérias.

O processo é realmente difícil e para mim também pessoalmente, não sou um expert na matéria e, portanto, algumas dificuldades em responder a algumas questões, mas aprendi bastante durante este espaço de tempo. E, portanto, aquilo que eu queria dizer era fazer um bocadinho um ponto de situação, parte já foi aqui feita, nós estamos neste momento, na parte de consulta pública, já vou voltar aqui um bocadinho à consulta pública, a Câmara Municipal, vai recolher todos os elementos que forem colocados durante esta consulta e vai ter que fazer um relatório final, que irá novamente para

aprovação das entidades e daí é que sairá um documento para a versão final que nós depois aprovaremos em Assembleia Municipal.

Portanto, o processo, mais ou menos, é este. A nossa capacidade de intervenção e refiro-me ao representante da Assembleia nesta Comissão é diminuta, nós não conseguimos praticamente fazer nada e, portanto, basicamente é isto, é conseguirmos trazer a informação e parte dela já é conhecida, à Assembleia. E basicamente, o que eu queria trazer aqui hoje, como apelo é que, esta é talvez, corrijam-me se eu estiver errado, a única ferramenta de gestão territorial, em que nós conseguimos intervir diretamente e, portanto, muito mais do que tudo o resto que eu pudesse ou não aqui dizer, e muito menos projeções de datas, o senhor Presidente da Câmara, até já projetou aqui há pouco, uma previsível decisão final em Assembleia. Eu não tenho sequer esses elementos, não os consigo retirar dos elementos que tenho, mas basicamente aquilo que queria hoje deixar aqui era um convite e especialmente pedir aos senhores Presidentes de junta, uma vez que este é efetivamente um instrumento ao qual nós conseguimos aceder e conseguimos decidir um pouco, porque nós não decidimos tudo, as senhoras e os senhores sabem perfeitamente isto, mas é um pouco aquilo que nós podemos decidir sobre o nosso território e, portanto, no fundo, apoiar as pessoas para que elas vão, que façam as suas sugestões, que façam as suas críticas, mas que participem no fundo neste processo de consulta pública, o que é que vai sair daí, sairá muita coisa, algumas das coisas que possamos escrever lá poderemos dizer algo disparatadas face à legislação, face às possibilidades reais que tínhamos na redação final deste documento, mas era importante que todos participassem e, portanto, é muito mais aqui isso que eu gostaria de deixar hoje, uma vez que estamos em pleno período de consulta pública, de incentivar todos e particularmente, através dos senhores Presidentes de junta, ajudem as vossas populações, sabemos que toda a gente tem dificuldade, eu tenho muitas dificuldades, eu tenho umas centenas, talvez uns milhares de páginas, um documento tem setecentas e tal e, portanto, é normal que cada um de nós não consiga fazer uma leitura técnica adequada destes documentos e as pessoas têm dificuldades e, portanto, o meu pedido fica aqui, senhores Presidentes da Junta deem uma ajuda às vossas populações para que eles participem e, acima de tudo também para que percebam uma coisa, aquilo que cada um se queixar, ou aquilo que cada um sugerir, provavelmente não vai ser o resultado final, porque vai haver muita gente a sugerir coisas diferentes, ou vai haver muita gente a fazer reclamações diferentes. E há de haver uma versão final deste documento que não vai agradar a todos. Era importante que, apesar desta situação, todas as pessoas participassem independentemente do resultado final que este documento vai ter e depois ele vai chegar aqui à nossa mão, e aí sim, para nós aprovarmos ou não essa versão do documento final.

Pronto, acho que era tudo. Obrigado pela vossa atenção. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Mais do que um esclarecimento que venho aqui pedir, venho fazer duas correções e uma continuidade de exposição, ou dizer ao senhor Presidente, fui vereador nesta casa em 1993, tive a oportunidade de colaborar na elaboração e reflexão sobre o primeiro PDM que esta casa teve, em 2015, estaria aqui como membro da Assembleia Municipal e é com atenção que os planos diretores municipais, até enfim, por uma paixão de formação, me dizem muita coisa.

Por fim, dizer-lhe que, como dizia o meu líder da bancada parlamentar, precisamos de ter atenção quando fazemos afirmações também aqui e devemos ser rigorosos e a demagogia não devia caber aqui. Relativamente seguindo a situação da não consulta das comissões é, na minha opinião, um erro grave, é um erro de desrespeito, não só com a população da Póvoa de Lanhoso, mas sobretudo com a Assembleia Municipal.

O Senhor elaborou, concluiu e está em discussão pública um documento que uma comissão dedicada ao planeamento não teve qualquer conhecimento. Não é opinião, é conhecimento. Mas, senhor Presidente, eu julgo que, para além de esse aspeto, queria-lhe perguntar se acha que trinta dias de discussão pública, é um período suficiente, sendo tão concentrada, para discussão de tantos, e tantos, e tantos documentos e, sobretudo, desta dimensão e complexidade, parece-me pouco.

Há bocado, dizia aqui o José Faria, representante desta Assembleia Municipal, deixando-me até perplexo, dizendo que o representante da Assembleia Municipal não foi ouvido, nem teve possibilidades de impor a sua opinião. Fiquei preocupado, eventualmente, por dificuldade de compreensão da minha parte.

E relativamente à discussão pública de apenas trinta dias, também fico perplexo, apenas duas sessões presenciais e descentralizadas em Monsul e em Taíde. Senhor Presidente, ilustre executivo, responsáveis pelo PDM no executivo, porque não a vila? Esqueceram-se da vila? Era fundamental se estão previstas duas apresentações públicas em Monsul e em Taíde, porque não realizar também uma sessão pública no concelho. Não questiono a importância das freguesias, muito pelo contrário, mas, precisamente por isso, defendemos mais participação e não menos. Uma sessão na vila permitiria alargar a oportunidade de participação e discutir um espaço central do concelho, aquele que é provavelmente a decisão territorial mais importante nos próximos anos.

Senhor Presidente, queremos um PDM, precisamos de um PDM, queremos um PDM ambicioso, precisamos de um PDM ambicioso, mas também financeiramente sustentável, como disse e esperemos que tenha essa atenção e assegurar que as decisões tomadas hoje por via do PDM resistam ao teste do tempo.

Caros povoenses, o PDM não deve ser pensado só para o momento de alegria no momento, deve ser capaz de resistir ao teste do tempo que daqui a dez anos, possamos visitar as obras deste PDM e ter orgulho nas escolhas que fizemos. Queremos uma Póvoa de Lanhoso, onde seja possível viver melhor, trabalhar melhor, investir melhor e sobretudo, onde as obras de hoje, senhor Presidente, sejam visitadas daqui a 10 anos."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor Presidente, muito obrigado só para referir que eu interrompi zero vezes, o senhor deputado, se servir de referência, de exemplo, se o senhor deputado conseguir. Relativamente à questão da Comissão, eu já tive a oportunidade de explicar e vou esclarecer aquilo que o senhor deputado Rui Rebelo aqui trouxe em termos de informação, de facto, não é essa a informação que eu tenho, eu vou fazer esse esclarecimento, eu não traria aqui esta informação, se não fosse, de facto, aquilo que me foi transmitido, mas eu vou esclarecer se foram ou não convocados, em que termos foram convocados, em que termos terão sido feitos esses contactos.

O senhor deputado, e faz uma referência muito intensa sobre o facto de serem só trinta dias de discussão pública e serem apenas duas sessões públicas de esclarecimento. Em primeiro lugar é importante dizer que é importante que a lei prevê a possibilidade de termos um período de discussão pública superior a trinta dias e é importante, também, compreendermos que somos um país de 308 municípios, onde há municípios que, de facto, têm vinte e três mil habitantes e municípios que têm cem mil, oitenta mil, cento e cinquenta mil habitantes, e eu acho que cada município deve adequar, e bem, o período e o prazo que entende que é suficiente para discussão pública, não só aos habitantes e à realidade do concelho como aos meios que coloca à disposição.

Senão vejamos, hoje na segunda revisão do Plano Diretor Municipal, continuamos a ter, tal como na primeira revisão de há cerca de doze anos, a possibilidade de os munícipes enviarem em carta registada o seu contributo, o seu pedido de alteração de determinado solo, decorre da lei nada a fazer em relação a isso. Hoje também temos a possibilidade dos munícipes se poderem deslocar aos serviços do município e poderem apresentar o seu contributo junto dos técnicos do município que têm por estes dias, já agora convém esclarecer, e informar, que tem por estes dias um reforço, portanto, temos a mesma técnica responsável por esta área que continuará a fazer o atendimento aos munícipes, mas com um back office de apoio que lhe permitirá ter um despacho e ter uma celeridade na resposta e na execução dos processos e das solicitações que lhe forem chegando. E a questão então seria, e temos a possibilidade muito importante, temos a possibilidade pela via digital dos munícipies poderem submeter os seus pedidos, os seus

contributos, naturalmente, com alguns ajustes que vamos fazendo fruto da colocação em prática desta plataforma.

Se perguntarem se há medidas que já tivemos que tomar esta semana, sim, tomamos medidas de melhoria e aperfeiçoamento, de poder precisamente de criar condições de facilitação e de simplificação da tramitação do processo para simplificar a vida, precisamente aos munícipes que queiram apresentar determinado contributo.

Relativamente às duas sessões públicas, e vamos ter, desculpem, vamos ter também o balcão móvel da Câmara Municipal que estará, como tem estado, nas freguesias a poder fazer também esse atendimento na eventualidade de algum munícipe, de alguma freguesia não se poder ou não querer deslocar-se à sede do concelho ou não ter forma de aceder às plataformas digitais, poder fazê-lo também no balcão móvel, portanto, um aumento muito significativo dos meios, se compararmos com aquilo que era, aquilo que foi a primeira revisão há cerca de doze anos atrás. As duas sessões públicas que acontecerão em Monsul e na freguesia de Taíde, têm que ver exatamente com as dinâmicas do concelho e com o facto de quer queiramos, quer não, termos um concelho de certa forma repartido entre aquilo que é o vale do Ave e o vale do Cávado, portanto, a centralidade do vale do Cávado tem sido e é a freguesia de Monsul, a centralidade administrativa também, do vale do Ave tem sido e é a freguesia de Taíde, portanto, desse ponto de vista também não me parece que haja muitas dúvidas, tivemos a oportunidade de reunir com os senhores Presidentes de junta a semana passada, precisamente, para poder munir os senhores Presidentes de junta de informação suficiente para poderem, sendo solicitados para isso no seu dia a dia, para poderem também, por sua vez, prestar informação aos munícipes e aos fregueses, neste caso, das suas freguesias e, portanto, uma reunião de trabalho que muniu da informação necessária, os autarcas das freguesias para poderem dar resposta aos fregueses da sua área territorial.

Então os senhores deputados dirão, mas trinta dias, mesmo assim, não poderia ser mais do que trinta dias? Duas sessões públicas, será muito, será pouco? E o senhor deputado, começou a sua intervenção, curiosamente, falando em demagogia, não devia caber demagogia neste púlpito. Ora, se recuarmos doze anos, qual foi o período de discussão pública da revisão do último Plano Diretor Municipal? Foi trinta dias, com muito menos meios do que aqueles que eu acabei de descrever há momentos, o período de discussão pública foi de trinta dias, portanto, eu diria que a probabilidade dos munícipes hoje neste período de discussão pública, com os meios que têm à disposição, poderem apresentar o seu contributo, é significativamente superior àquilo que aconteceu há doze anos atrás.

Mas depois podemos falar das sessões públicas, também, o senhor deputado diz bom mas duas sessões é pouco, apenas duas sessões, quantas sessões tivemos há doze anos atrás? Tivemos zero, não tivemos nenhuma sessão pública de debate do PDM em nenhuma freguesia, portanto, sim, nós planeamos fazer duas sessões públicas que já agora é importante frisar e realçar que são duas sessões de trabalho, sessões técnicas,

eminentemente técnicas de esclarecimento técnico aos munícipes que vierem a Monsul amanhã e que forem a Taíde de amanhã a oito, e essas pessoas terão oportunidade, nesse momento de esclarecer aquilo que os serviços que estarão presentes terão condições de esclarecer ou de agendar, se for o caso, para poderem deslocar-se aos serviços da Câmara Municipal e para poderem ter esclarecimento adicional, se disso necessitarem.

Senhores deputados, do ponto de vista comparativo eu sinto-me muito confortável e estou muito à vontade, porque tenho consciência total que estamos a prestar um bom serviço a criar, com boas condições, para os munícipes poderem participar, que é essa a última preocupação. O debate político à volta disto, a mim interessa-me muito pouco e cada vez menos, interessa-me é perceber se os meios que temos colocados à disposição, são ou não suficientes para as pessoas poderem aceder a este serviço e darem o seu contributo e em consciência, digo são claramente suficientes e são francamente superiores àquilo que aconteceu há doze anos atrás. Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD. E passou ao Período de intervenção dos Presidentes de Junta (PIPJ), referiu que havia apenas uma inscrição, e concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vilela, Luís Carvalho.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vilela, Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Sendo esta a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente de junta e a primeira vez deixa sempre marca, eu quero dizer que a faço com enorme sentido de responsabilidade e acima de tudo que é uma honra e um orgulho para mim, representar Vilela e todos os vilelenses nesta Assembleia Municipal.

Neste período de intervenção dos Presidentes de junta, costuma ser um período para os senhores Presidentes de junta falarem de assuntos específicos das suas freguesias e é isso que eu farei. Falarei de dois assuntos que, embora já os tenha abordado, é certo, numa reunião tida com o senhor Presidente de Câmara no início do mandato e que até teve a concordância por parte do senhor Presidente de Câmara, não poderia deixar de vir aqui reforçar, até porque estamos numa fase prévia de planeamento do Orçamento municipal e é sempre um período em que os Presidentes de junta ganham um sentimento de esperança ou de expetativa sobre algum investimento que possam vir a ter contemplado no Orçamento Municipal para responder a necessidades das suas freguesias e dos seus habitantes.

As duas necessidades que vou falar, portanto, a primeira questão de saneamento. Vilela tem a sorte de, e pode ser a sorte no contexto concelhio, de ter uma percentagem satisfatória de cobertura de saneamento. Tenho a sorte, também, de ter à disposição as infraestruturas necessárias para a recolha das águas, recolha e tratamento das águas

residuais, mas tem determinadas zonas em que, por várias condicionantes há anos que se arrasta a não execução e o não alargamento da rede de saneamento, uma condicionante primária, é logo a falta de ponto, a questão da cota topográfica e eu na reunião que tive com o senhor Presidente da Câmara Municipal mostrei-me disponível para nos sentarmos, o executivo municipal, os técnicos, para fazermos um devido estudo e planeamento, por vezes, é possível alargar a rede de saneamento por outras alternativas, que não sejam pela rede viária. Isso aconteceu recentemente, ou vai acontecer, porque tive a boa notícia que o executivo municipal vai alargar brevemente numa zona de Vilela a rede de saneamento, no lugar da Devesa, o antigo lugar da Devesa, porque precisamente, se estudou alternativas para alargar a rede de saneamento. Isso tem que ser feito em mais outras zonas de Vilela e para isso também tem que haver a inclusão em Orçamento municipal de verbas para saneamento e é este reforço que eu faço.

A outra necessidade já só, tenho quarenta e três segundos, peço um bocado de benevolência, vou tentar ser rápido, tem que ver com a rede viária, nomeadamente a estrada municipal seiscentos e dois. É uma estrada que foi repavimentada no início do mandato do atual Presidente de Câmara, Dr. Frederico Castro, até à entrada de Vilela, até aos Moinhos Novos, é uma estrada que tem uma circulação muito acentuada ao nível viário. Nela circulam centenas, pode-se dizer centenas de veículos, e muitas centenas fazem milhares, não posso dizer que é a estrada mais movimentada do concelho mas é seguramente das estradas municipais mais movimentadas do concelho, nela também transitam muitos pesados, nomeadamente camiões, o que provoca um desgaste enorme na estrada.

Não é só uma estrada de Vilela, é uma estrada de Vilela, de Garfe, de Taíde, é uma estrada que serve os vilelenses, os garfenses, os taídenses, é uma estrada que serve muitos povoenses, muitos mesmo, que nela transitam pelas mais variadas razões, nomeadamente, razões profissionais. E a estrada, neste momento, como todos sabem, quem nela circula, está num estado miserável, num estado em que, em determinadas zonas, temos que fazer uma verdadeira prova de desvio de obstáculos, porque se não o fizermos, vamos cair num buraco e vamos danificar o nosso carro, como já aconteceu noutros casos, como aconteceu em muitos casos de danificarem pneus, suspensões, e braços de direção, portanto, senhor Presidente de Câmara, eu já o transmiti em reunião, e você concordou comigo, que de facto, é uma necessidade a requalificação, a repavimentação desta estrada até Garfe, mas eu venho aqui reforçar essa minha preocupação, isto não é uma intervenção política, é uma intervenção do Presidente de junta preocupado com o estado em que está, de facto, a via e, portanto, peço a vontade política de incluir em orçamento municipal, porque, se assim for, ... estaremos a dignificar o nosso trabalho enquanto autarcas, e aqui refiro o nosso, porque é importante referir que trabalhamos em conjunto, dignificámos as freguesias em questão

e o concelho e, acima de tudo, lutámos pela melhoria de qualidade de vida das pessoas e é para isso que cá estamos na política. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o PIPJ e passou ao Período de Intervenção das Comissões, referiu que existia uma inscrição e concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, o deputado Graciano Fernandes.

Interveio o Presidente da Comissão, Graciano Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Enquanto Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, gostaria de deixar uma breve nota relativamente ao trabalho realizado pela Comissão.
A Comissão tem tido vários assuntos e pedidos de parecer para analisar, naturalmente, existem matérias que ainda estão pendentes e que serão oportunamente apreciadas, mas a nossa preocupação atual não tem a ver com o número de pedidos de parecer, prende-se sobretudo com a falta ou a pouca regulamentação para algumas áreas que estão atribuídas a esta Comissão, nomeadamente nas áreas de toponímia e de trânsito. Para analisarmos algumas destas matérias, seria necessário existirem critérios, e regulamentação previamente definidos porque muitas das vezes, não nos basta fazer uma apreciação pontual para cada situação.
Na área da toponímia, por exemplo, entendemos que seria importante existir um regulamento que esclareça os procedimentos, os critérios e as condições a observar na atribuição, alteração ou regularização de topónimos. O mesmo se aplica à área de trânsito, de forma a que permitissem à Comissão apreciar determinadas propostas de forma mais objetiva e fundamentada.
Entendemos que uma regulamentação adequada nos permitirá a todos termos melhores condições para fazer um bom trabalho, tanto à Comissão, como ao executivo, como aos técnicos, da nossa parte, continuaremos disponíveis para trabalhar e colaborar nesse sentido. Obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o Período de intervenção das comissões, informou que o senhor deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, pretendia fazer duas interpelações à Mesa, pelo que lhe concedeu a palavra.

Interveio o deputado, Luís Artur Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Senhor Presidente, são duas interpelações, mas eu vou fazê-las, tentar fazer o mais rápido possível.

Mas primeiro, eu queria uma nota prévia, porque é que eu vou fazer interpelações à mesa? Vou fazer interpelações à mesa, fiz uma interpelação à mesa na última Assembleia Municipal, que vossa excelência, senhor Presidente da Assembleia Municipal, no estrito cumprimento da lei, a Lei n.º 75/2013, interpretou, porque a lei diz isso, é o espírito e a letra da lei que dizem que as perguntas feitas, os assuntos feitos, os esclarecimentos que os deputados municipais queiram ter por parte da Câmara Municipal, incluindo o senhor Presidente da Câmara Municipal, devem ser feitos pelo Presidente da Assembleia Municipal, é óbvio, é o Presidente do órgão fiscalizador, é a ele que lhe compete e depois não há mais transparência do que isto, porque o senhor Presidente da Câmara vai ter que responder por escrito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que dará conhecimento a toda a Assembleia Municipal e, portanto, eu fiz-lhe uma interpelação, o senhor Presidente, interpretou muito bem a lei, no que é o espírito da lei, porque é a Assembleia Municipal que fiscaliza a Câmara Municipal e, portanto, compete ao Presidente do órgão que fiscaliza pôr as questões ao órgão fiscalizado.

O senhor Presidente interpretou muito bem, mas, além disso, a lei vai no sentido da letra também, que diz claramente que os deputados municipais têm que fazer as perguntas via Presidente da Assembleia Municipal, interpretou muito bem, interpretou a interpretação que eu fiz, fez a pergunta ao senhor Presidente da Câmara, quando ele responder, tem que responder por escrito, obrigatoriamente, o senhor Presidente poderá dar conhecimento a toda a Assembleia Municipal, não há mais transparente por isso, eu quero louvá-lo por esta sua atitude no estrito cumprimento da lei e, portanto, vou fazer mais duas interpelações para seguir o mesmo procedimento.

A primeira foi uma pergunta que eu pus aqui, o senhor Presidente da Câmara nunca mais respondeu, agora vai ter que responder mesmo, vai ter que responder ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Eu perguntei aqui, embora que dissesse que não queria uma resposta naquele dia, porque poderia eventualmente não ter, se há ou não e vou alargar o âmbito da pergunta que fiz na altura, se há ou não recibos verdes falsos com funcionários, com funcionários não, com gente que trabalha na Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, com digamos, atividade permanente, alargo também à empresa pública municipal, porque os órgãos que fiscalizam são diferentes, e, portanto, o meu pedido, obviamente, à Câmara Municipal é a IGF que controla, e tem que ser investigado pelo Ministério Público e resolvido pelos tribunais administrativos. No caso da EPAVE, é a ACT e resolvido pelos tribunais judiciais, pelo Tribunal do Trabalho, portanto, vou fazer a interpelação abrangendo as duas situações, a Câmara Municipal e a EPAVE, saber se há recibos falsos ou não, está consagrado na lei, como sabem, a Lei n.º 73/2013, aliás, reforçada pela Lei n.º 55/2017, que também alargou isto aos estágios falsos e ao voluntariado falso, portanto, é a pergunta que deixo.

Vou terminar só com a segunda interpelação e faço-a em meio minuto, é a interpelação sobre o regulamento financeiro, que o senhor Presidente disse aqui na última reunião,

depois não tive tempo de lhe responder, o regulamento financeiro era uma questão dos técnicos, depois viria cá, não, senhor Presidente, eu vou-lhe dizer, a questão do regulamento financeiro é política, não tem nenhuma intervenção técnica, primeiro tem que estar no regulamento financeiro tudo o que está na lei e depois tem que estar aquilo que politicamente, cada um de nós pode achar que devem ser feitas nas reduções de impostos municipais, seja o IMI, seja a derrama. Quando é que entram os técnicos? Porque o estar no regulamento, não significa que elas sejam aplicadas de imediato, elas para serem aplicadas, têm que vir à Assembleia Municipal na sessão em que se aprovar as taxas do IMI e as taxas, enfim, dos impostos municipais nomeadamente a derrama, portanto, não é um problema técnico é um problema político, portanto, eu quero saber, senhor Presidente, quando é que esse regulamento vem à Assembleia Municipal? Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao Período da Ordem do Dia. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E informou que o ponto seria apresentado pela Câmara Municipal, através de um vídeo, conforme habitual.

Apresentação do Ponto Um através do vídeo:

"A informação que hoje apresentamos reporta-se ao período compreendido entre a sessão da Assembleia Municipal de 27 de junho e a presente sessão de 30 de setembro.

Ao longo destes cerca de três meses, prosseguiu a execução dos investimentos municipais, com intervenções na rede viária, equipamentos públicos, habitação, mobilidade, ambiente, educação e outras infraestruturas.

Registaram-se também avanços em processos estruturantes para o concelho, como a Via Circular, a revisão do Plano Diretor Municipal, a Estratégia Local de Habitação e o acompanhamento da requalificação da Escola Secundária.

***Empresas, investimento e empreendedorismo.** No Desenvolvimento Económico, o Município manteve uma intervenção de proximidade junto das empresas e empreendedores.*

Foram realizados nove atendimentos a potenciais investidores e, no âmbito da parceria com a EPAT, foram acompanhados 11 promotores e aprovadas três candidaturas, representando um investimento de cerca de 28.700 euros.

Prosseguiu também a participação no AVE Global, a promoção do território e a criação de novos instrumentos de comunicação para a captação de investimento, incluindo um dossier de apresentação e um vídeo promocional, em português e inglês.

***Emprego.** Na área da empregabilidade foram realizados 25 atendimentos e acompanhamentos individuais, dos quais resultaram cinco colocações. O programa Viver+ recebeu 34 candidaturas e concretizou 23 integrações.*

É ainda de destacar a evolução do desemprego registado, que passou de 607 pessoas, em junho de 2025, para 510 em junho de 2026, uma redução de 97 pessoas, correspondente a cerca de 16%.

Dinamização Económica. *Na dinamização económica, mantiveram-se iniciativas como o Mercado PVL, a Feira de Antiguidades e Velharias e o Fim de Semana Gastronómico dedicado ao "Bife à Romaria". Foi também apresentada a plataforma e-póvoa market, destinada a reforçar a presença digital dos negócios locais.*

Filigrana e Valorização do Saber-Fazer Local. *A filigrana continuou igualmente a ser valorizada enquanto elemento distintivo da identidade do concelho. Prosseguiram as ações de formação do Centro de Competências da Filigrana e, durante o mês de julho, mais de 300 crianças tiveram contacto com esta arte tradicional através dos programas de OTL.*

A Filigrana produzida na Póvoa de Lanhoso continuou a ter destaque especial na Romaria de Nossa Senhora d'Agonia, com a artesã povoense Inês Barbosa a elaborar o alfinete oficial destas festividades.

A Joalharia do Carmo inaugurou a Portuguese Filigree em Nova Iorque. A abertura deste novo espaço representa, para além da expansão internacional desta marca portuguesa, uma oportunidade para levar a nossa Filigrana a Times Square, um dos locais de maior visibilidade internacional.

Investimento Público*. No investimento público, prosseguiram diversas obras nas Freguesias e Uniões de Freguesia, nomeadamente requalificações de arruamentos, intervenções em equipamentos, habitação e melhoria das condições das paragens dos transportes públicos.*

Entre as obras em curso destacam-se a construção de 38 habitações em Taíde, a requalificação de ruas em Galegos, Monsul, São João de Rei, Águas Santas, Verim, a construção e renovação de passeios na EN205, a construção da Loja de Cidadão e a requalificação do Pavilhão Desportivo da Escola Básica Gonçalo Sampaio.

Foram concluídas intervenções como a remodelação do Centro de Saúde, o alargamento da rede de saneamento em Vilela e a colocação de sinalização horizontal em diversas vias.

As equipas municipais asseguraram ainda um conjunto significativo de trabalhos de manutenção de espaços públicos, jardins, escolas, equipamentos municipais, redes de águas pluviais e vias rodoviárias.

O Município conseguiu territorializar cerca de 10,9 milhões de euros de financiamento do PRR, associados a mais de 11.341.000 de euros de investimento.

Este financiamento permitiu apoiar projetos muito diversos, desde a Loja de Cidadão e a habitação, à acessibilidade, saúde, cultura, digitalização dos serviços, bairro comercial digital e sistemas de gestão urbana.

Entre os projetos encontram-se já concluídos o Acessibilidades 360º, Radar Social, o PÓVOA4YOU, o projeto de Redes Culturais e Transição Digital do Theatro Club e obras de

beneficiação do Centro de Saúde. Encontram-se em execução, entre outros, a Loja de Cidadão, a Rede Urbana Inteligente, a reabilitação de sete fogos em Garfe e a construção de 38 fogos em Bobeiro.

Relativamente aos grandes projetos estruturantes, e no que diz respeito à Via Circular, ocorreu no mês de julho, a visita técnica da Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental ao traçado previsto.

Quanto à revisão do Plano Diretor Municipal, a publicação em Diário da República ocorreu no dia 21 de setembro, decorrendo a discussão pública até dia 9 de novembro. Após esse período serão analisados os contributos recebidos, seguindo-se a elaboração da proposta final, que será posteriormente submetida à Assembleia Municipal.

Na habitação e ação social, prosseguiu a Estratégia Local de Habitação. Temos 38 habitações em construção no lugar do Bobeiro, três habitações reabilitadas em Oliveira, sete em Garfe e 26 em fase de adjudicação na Freguesia de Monsul.

Está também a ser preparado o concurso para atribuição de 38 habitações municipais em regime de arrendamento acessível, bem como de duas habitações propriedade da União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

A equipa do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social recebeu cerca de 300 pessoas no serviço de triagem e foram realizados 110 atendimentos sociais e 40 visitas domiciliárias.

Foram analisados 35 processos de apoio ao arrendamento, cinco de apoio ao empréstimo e oito relativos ao tarifário social.

A Eco Loja Comunitária conta já com 464 famílias aderentes, abrangendo 1.439 pessoas, enquanto o apoio alimentar permitiu distribuir uma média de 70 cabazes, beneficiando cerca de 150 pessoas.

Na saúde, prosseguiram as ações de literacia e prevenção, bem como os programas de apoio psicológico e nutricional.

O programa Diabetes em Movimento terminou a sua primeira edição com 14 participantes e foram realizadas sessões de intervenção psicológica junto de 104 crianças, jovens, adultos e pessoas idosas.

Foi também elaborado o Documento Estratégico Municipal de Inteligência em Saúde Pública e Resiliência Territorial 2025–2035 e posteriormente partilhado com a Unidade Local de Saúde de Braga. O Município participou ainda nos trabalhos de elaboração do Plano Local de Saúde da ULS Braga.

No apoio ao medicamento, através do cartão ABEM, foram deferidos 18 cartões no período em análise.

Na educação, a preparação do ano letivo 2026/2027 mobilizou um conjunto significativo de recursos.

Mantêm-se os programas municipais de apoio educativo, incluindo a oferta de livros de fichas a 781 crianças do 1.º ciclo, kits escolares, bolsas de estudo, transportes escolares,

fruta e leite escolar, atividades de enriquecimento curricular e diversos projetos de promoção do sucesso escolar.

O PovoARTEeduca envolveu 1.200 alunos, dos quais 177 receberam acompanhamento de proximidade e estratégias direcionadas à promoção do sucesso escolar.

Continuamos também a acompanhar a situação da Escola Secundária, tendo o Município solicitado audiências ao Ministro da Educação e à Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, com o objetivo de defender a concretização da intervenção de requalificação.

No desporto, juventude e apoio às famílias, continuou o apoio ao movimento associativo e à realização de eventos.

As Piscinas Municipais Descobertas registaram 12.352 entradas pagas durante a época balnear.

Na área da infância, os 301 lugares de creche existentes no concelho encontram-se atualmente ocupados. Por isso, foi definida uma estratégia para reforçar a capacidade de resposta entre 2026 e 2030, estando prevista a criação de um Observatório Concelhio da Resposta de Creche.

No que toca à vertente interventiva do SIGO, destacam-se 24 novos processos e 40 atendimentos. Já o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes realizou 35 atendimentos.

E edição de verão do Programa de Ocupação de Tempos Livres envolveu 12 entidades parceiras e abrangeu entre 400 a 450 crianças e jovens. O OTL +Inclusivo atribuiu 176 vouchers.

O Espaço Jovem promoveu a iniciativa Verão no Campo, envolvendo 320 crianças e jovens.

Também os 16 Centros de Convívio para seniores mantiveram a sua atividade, abrangendo cerca de 400 pessoas. De destacar ainda o Passeio Concelhio a Fátima, que reuniu cerca de 3.000 munícipes, e o Passeio Sénior à Malafaia, com cerca de 2.300 participantes.

Na proteção civil, foram inaugurados os dois primeiros reservatórios de água elevados, com capacidade de 400 mil litros cada, destinados ao abastecimento de meios aéreos de combate a incêndios. Foram ainda requalificados pontos de água estratégicos destinados ao apoio de meios aéreos e terrestres.

Foi também reforçada a vigilância florestal através da Brigada Verde Jovem, que envolveu 18 jovens.

No combate à vespa asiática, até 22 de setembro foram recebidas 401 notificações, tendo sido identificados 260 ninhos para intervenção.

No âmbito da mobilidade, está em fase de conclusão a empreitada de melhoria das paragens de transporte público, que prevê a instalação de 39 abrigos e 77 sinais, num investimento de cerca de 332 mil euros. Foi ainda apresentada uma candidatura ao IMT para instalação de 121 sinais regulamentares nas paragens de transporte coletivo.

Assinalamos a Semana Europeia da Mobilidade entre 16 e 22 de setembro.

Na área do Ambiente, assinalamos a Semana do Ambiente. Já se encontra disponível gratuitamente a plataforma Get2Zero para empresas da Póvoa de Lanhoso.

O projeto de recolha de biorresíduos foi alargado a mais nove freguesias ou uniões de freguesias, passando a abranger 14 e contando já com cerca de 3.446 adesões.

Prosseguiu também a sensibilização para a deposição correta de resíduos volumosos, através da iniciativa "Brigada do Ambiente, Caça-Monstros".

O Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos realizou, durante julho e agosto, 33 iniciativas, envolvendo 608 participantes e visitantes.

No que diz respeito à rede de água e saneamento, reforçámos as redes de abastecimento de água e saneamento em várias freguesias do concelho, executando novas redes, ramais e intervenções. Reforçámos também a manutenção das águas pluviais e do saneamento, bem como a manutenção das ETAR's de Monsul e Águas Santas e Moure.

Na cultura, identidade e turismo, a programação de Verão da" Póvoa em Festa", entre os dias 17 de julho e 23 de agosto, voltou a proporcionar atividades culturais, recreativas e desportivas.

O Theatro Club promoveu diversas iniciativas que reforçaram a oferta cultural do concelho, com destaque para Exposição Aberta de Artes Plásticas, intercâmbios teatrais e oficinas de teatro.

A Torre de Menagem do Castelo de Lanhoso, por sua vez, ultrapassou os 10 mil visitantes em 2026, sendo que desde a sua reabertura, em 2011, já recebeu mais de 150 mil visitantes.

O Centro Interpretativo Maria da Fonte, no ano em que se assinalam os 180 anos da Revolta da Maria da Fonte, recebeu mais de 1.300 visitantes nos primeiros seis meses do ano, mais do que triplicando o número registado no período homólogo.

A Noite Gerações, realizada a 4 de setembro, ultrapassou os 30 mil participantes, reforçando a dimensão regional do evento e o seu impacto na promoção do território.

No que toca à modernização administrativa, foram submetidos 1.170 processos através da plataforma de serviços online durante julho e agosto, existindo atualmente cerca de 5.316 utilizadores registados.

Entrou também em funcionamento a Unidade Móvel do Balcão Único, aproximando os serviços municipais das populações e reforçando a resposta junto das pessoas mais envelhecidas e vulneráveis.

No período em análise, o nosso concelho recebeu a passagem da 7.ª etapa da Volta a Portugal.

Assinalámos os aniversários da Santa Casa da Misericórdia, do Hospital António Lopes e da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso.

Comemoramos a 25 de setembro, os 734 anos da atribuição da Carta de Foral com uma Sessão Solene evocativa do Dia do Concelho.

Quanto à situação financeira, reportada a 16 de setembro, a execução orçamental da receita ascendia a 28.284.875,71 euros, correspondente a 55,80% do orçamento.
Encontravam-se ainda por receber cerca de 1.386.803,80 euros, fruto de comparticipações comunitárias e outras receitas.
Do lado da despesa, a execução orçamental da despesa paga era de 23.669.256,45 euros, correspondente a 46,68% do orçamento.
A dívida total situava-se em 9.961.502,34 euros.
Até à data, não há pagamentos em atraso.
O período em análise demonstra a continuidade de uma estratégia municipal assente no investimento, na proximidade e na melhoria das condições de vida da população.
Prosseguem investimentos estruturantes na habitação, mobilidade, equipamentos e infraestruturas; reforçam-se as respostas sociais, educativas e de saúde; apoia-se a economia local e o emprego; valorizam-se a cultura, o património e o turismo; e continua o trabalho de modernização dos serviços municipais.
É este o conjunto de ações e resultados que submetemos à apreciação desta Assembleia Municipal, dando conta da atividade desenvolvida e da execução dos principais projetos e compromissos do Município."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Da análise à informação apresentada, o CDS regista a continuidade de vários investimentos importantes para o concelho, mas gostaria de deixar algumas questões.
Começo pelo PRR, em junho, o CDS manifestou preocupação relativamente aos prazos de execução dos projetos financiados pelo PRR. Na altura, foi-nos transmitido que estavam a ser procuradas soluções para os investimentos que não conseguissem ser concluídos dentro dos prazos, nomeadamente através da antecipação de fundos ou de outras soluções de continuidade. Hoje verificamos que continuam em execução projetos importantes, como, a Loja do cidadão, os 38 fogos do Bobeiro e a reabilitação de sete fogos em Garfe. A nossa questão é simples, se já existe uma solução definida para estes projetos e se já está assegurado o respetivo financiamento?
Passando à situação financeira, registamos uma execução da receita de cerca de 28.3 milhões de euros, correspondente a 55.8% e uma execução da despesa paga de cerca de 23.7 milhões correspondente a 46.68%. A dívida situa-se nos cerca de dez milhões de euros e não existem pagamentos em atraso. Temos ainda cerca de 1.38 milhões de euros por receber dos quais cerca de 1.1 milhões estão identificados como outras receitas. Gostaríamos de perceber se existe uma discriminação deste valor de 1.1 milhões de

euros e, em caso afirmativo, quais são as principais componentes e qual a previsão para a sua cobrança?

Relativamente ao PDM, a discussão pública iniciou-se no passado dia 28 de setembro e decorre até 9 de novembro. A própria Câmara refere que, após este período, os contributos apresentados serão analisados e ponderados, que a proposta poderá sofrer alterações, para o CDS, mais importante que o número de contributos e reclamações será garantir que estes são devidamente analisados e ponderados. E que sempre que sejam considerados pertinentes, se refletem na proposta final.

Tinha uma questão relacionada com a calendarização, mas essa já foi respondida pelo senhor Presidente.

Por fim, relativamente à via circular, registámos uma visita técnica realizada em julho no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental. Gostaríamos de saber qual é, neste momento, o ponto de situação do processo e qual será o próximo passo concreto? Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Clarisse Matos.

Interveio a deputada Clarisse Matos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A informação apresentada demonstra que o concelho continua a avançar com trabalho, investimento e visão estratégica para o futuro.

Destacamos, desde logo o início da discussão pública da revisão do PDM, o momento determinante para o desenvolvimento do concelho que permitirá adequar o ordenamento do território às necessidades atuais das famílias, das empresas e das freguesias, criando novas oportunidades de crescimento e fixação da população.

É igualmente importante sublinhar a evolução do processo da via circular. A visita da Comissão de Avaliação do estudo de Impacto Ambiental representa mais um passo para concretizar uma infraestrutura há muito reivindicada e fundamental para melhorar a mobilidade, a segurança rodoviária e a competitividade do nosso território.

No que respeita ao investimento, merece destaque a capacidade do município para captar e executar fundos do PRR, assegurando mais de 10,9 milhões de euros de financiamento para projetos nas áreas da habitação, saúde, acessibilidade, modernização administrativa e desenvolvimento territorial. A estratégia local de habitação continua igualmente a produzir resultados concretos com a meta de habitações já concluídas, outras em construção e novos concursos em preparação, reforçando a resposta às necessidades habitacionais das famílias povoenses.

Também os indicadores económicos merecem ser valorizados, a redução no número de desempregados em cerca de 16% relativamente ao ano anterior, demostra que as

políticas de apoio ao investimento, ao empreendedorismo e à empregabilidade estão a produzir efeitos positivos na economia local.

Do ponto de vista financeiro, importa assinalar um dado particularmente relevante, o município apresenta zero euros de pagamentos em atraso, mantendo uma gestão financeira responsável e credível. Ao mesmo tempo, continua a executar investimentos estruturantes em todo o concelho.

Por fim, importa reconhecer a dinâmica cultural, social e associativa que marcou estes meses desde a programação da Póvoa em Festa à Noite Gerações, aos programas dirigidos aos jovens, às famílias e aos seniores, demonstrando que o desenvolvimento de um território não se mede apenas por obras, mas também pela qualidade de vida e pela participação da comunidade. Os dados apresentados evidenciam um concelho que investe, planeia o futuro, apoio as pessoas e mantém uma gestão equilibrada. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Só para dar aqui alguns esclarecimentos à senhora deputada Carla Góis, relativamente ao cumprimento do PRR, no que se relaciona mais com as questões até da habitação, muito concretamente relativamente às 38 habitações do Bobeiro que, de facto, não estão concluídas, não ficaram concluídas em agosto, mas que o IHRU e o Governo também criou aqui um mecanismo a que nos levou a que pudéssemos verificar a conclusão substancial, é assim que se chama o relatório que tivemos que emitir, por uma empresa externa que acompanha a obra, e este relatório de verificação de conclusão substancial permite, de alguma forma provar que a obra está em bom andamento e que terá uma previsão de conclusão até final do ano e, neste caso, isto não implica qualquer corte ao nível do PRR. É essa a informação que temos, é a verdade que nós temos, as verdades são de cada um.

Relativamente aos 7 fogos de Garfe que também não estão concluídos, os de Oliveira estão concluídos, os 7 fogos de Garfe estamos a tentar exatamente a mesma estratégia, ter também um relatório de conclusão substancial com a garantia de conclusão da empreitada até final do ano, sendo que também aqui então teremos a possibilidade de não termos corte ao nível daquilo que foi elegível no âmbito do termo do PRR.

E penso que, relativamente à Loja de Cidadão, que também foi a questão que colocou no âmbito do PRR, Monsul penso que não colocou a questão, mas relativamente à Loja de Cidadão que também é PRR, aqui os prazos são diferentes e também o prazo é final do ano e os trabalhos estão a ser levados a cabo no sentido de se cumprir esse prazo."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O relatório que estamos aqui a apreciar deveria, por imposição legal, relatar todas as atividades e trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal ao longo dos últimos três meses. É um tempo curto, mas é um tempo bastante suficiente para executar muita coisa em todos os pelouros do município. Diz este documento a determinado ponto, e cito, que se visa proporcionar à Assembleia uma visão sistematizada da atividade desenvolvida dos principais resultados do período e do estado de execução dos projetos municipais.

Ora, em jeito prévio, e lamento prévio, eu não vejo neste documento, nem daí podemos retirar informação bastante e elucidada que nos permita exatamente, aferir, mensurar, avaliar politicamente e até económica e financeiramente os tais projetos municipais e o impacto que os mesmos têm proficuamente ou não para a respetiva população. Em coerência com a nossa posição e papel de oposição responsável, registámos um trabalho positivo e com boas medidas no campo da Proteção Civil e técnica florestal, no apoio às famílias, no combate à pobreza, no domínio da saúde, no âmbito da Proteção Social, na vida sénior com dignidade e até noutros setores.

Muito mais podia ser feito, é evidente, em política, sempre muito mais poderia ser feito. Mas não deixa de ser um registo positivo e gostaria até de fazer uma referência de louvor e elogio, não vem no relatório, mas foi referido no vídeo, justamente esta iniciativa de levar a filigrana a Nova Iorque com a presença do senhor vereador que o município teve e que nos apraz muito e que merece o nosso aplauso, porque a filigrana não é apenas uma arte da ourivesaria tradicional, cujo berço português é a bela freguesia de Travassos, mas também é uma atividade muito importante para a nossa economia. E isso também foi registado na presença e no enaltecimento que fez o senhor Primeiro-Ministro em Times Square.

É evidente que se retirarmos os trabalhos e as obras e investimentos que são de continuidade, quer do mandato anterior quer do mandato antecedente do PSD, nomeadamente essa obra que é pouco referenciada, porque está enterrada que é muito importante para o nosso bem-estar, a execução dos ramais de abastecimento de água e saneamento e outras que não têm tempo para identificar, o que aqui resulta de crucial para o desenvolvimento e progresso do bem-estar dos povoenses e do concelho, são enunciados não demonstrados de resultados cuja ação não sabemos se é ou não é benéfica e em que termos está a ser benéfica para a população.

Apenas alguns exemplos, porque não temos tempo, fala-se de um plano estratégico para o turismo, é uma questão já antiga. Eu trouxe-a pela primeira vez à Assembleia

Municipal quando estava no movimento independente em 2018 e não havia nenhum plano estratégico para o turismo e não vejo, neste momento também no município, um plano estratégico para o turismo, porque de estratégia para o turismo, não está aqui nada relatado neste documento, falar de atividades em torno do Castelo de Lanhoso, falar do centro interpretativo, do Póvoa em festa que, sem dúvida é uma programação, senhora vereadora, excelente, mas é muito destinada com foco aos residentes e aos nossos queridos emigrantes. Falar de eventos como a Noite Gerações que é realmente um evento extraordinário, abrangente para além do concelho, mas é uma efemeridade como diz o Latim, o que é efémero é só de um dia, neste caso é até uma noite, portanto, não é uma estratégia para o concelho e nós estamos privilegiadamente geoestrategicamente localizados, porque estamos antes de Guimarães e de Braga e todas as outras grandes cidades do Minho na localização e na ligação a esse monumento da natureza, que é o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o único Parque Nacional que temos no país e não aproveitámos essa potencialidade.

Nós estamos a pouco mais de uma dúzia de quilómetros de Braga que tem um plano estratégico para o turismo muito dimensionado e virado para o turismo religioso e nós também não aproveitámos quando temos aqui santuários preciosíssimos como o Pilar ou Nossa Senhora do Porto D'Ave, nós temos um património arquitetónico monumental e histórico e até senhorial que era de destacar e não estamos a projetar, não estamos a planear, não estamos a alocar recursos e objetivos para um verdadeiro plano estratégico de turismo.

Na educação pública, fala-se numa obra que é essencial, que é uma requalificação do equipamento público excelente, que é o pavilhão gimnodesportivo da Escola professor Gonçalo Sampaio, mas não se refere que esta obra está em execução ainda, e nós estamos a falar de um período deste trimestre que é fundamental para a preparação e já contempla a iniciação do ano letivo e o que vemos é transtornos e incómodos para os docentes e discentes que literalmente, têm de andar com os sacos às costas, à procura dos pavilhões para praticar a atividade de educação física.

Podia falar na coesão territorial, mas não tenho tempo, só a defesa, porque a mobilidade e a acessibilidade territorial não depende só da via circular e espero um dia, termos aqui um ponto próprio, senhor Presidente, para discutirmos com o executivo municipal, a questão da via circular e pormos alguns pontos nos "Is", àquilo que foi dito na última Assembleia Municipal que nós não estávamos presentes relativamente ao enquadramento e a manipulação que se fez do historial programático do PSD que tem da via circular.

Só por final, relativamente e depois virei cá aos pedidos de esclarecimento, relativamente ao apoio animal. Senhor Presidente eu não estava cá no dia dez de junho por motivo de uma viagem familiar, mas fiquei muito contente e verifiquei por imagens que concluiu uma obra muito importante, determinante e que está operacional, está pronta para ser utilizada e pôr em funcionamento. Senhor Presidente, dez de junho a

hoje são, salvo erro, cento e doze dias, para a semana faz quatro meses. Eu queria questioná-lo se realmente se sente confortável com esta falta de proficiência de termos um equipamento pronto para o objetivo essencial que é acolher e tratar os animais de companhia e prepará-los para o seu bem-estar e adoção e não estarmos com esse equipamento a funcionar.
Queria saber se não se revê para estes procedimentos administrativos e políticos que atrasam, nomeadamente nos timings e na falta de proficiência para um cronograma que devia ser bem concebido. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Só fazer uma breve explicação e recuando ao mandato anterior para explicar que, de facto, tivemos no mandato anterior várias assembleias municipais em que fizemos as apresentações no ponto um da ordem de trabalhos muito amplas, muito extensas, algumas delas de meia hora e, portanto, entendemos a determinado momento, até pela reação das bancadas, entendemos a determinado momento, compor uma súmula daquilo que é a atividade do município entre assembleias municipais, portanto, foi um ajustamento até mesmo a pedido das bancadas, se for vontade das bancadas neste mandato que voltemos à primeira forma, podemos voltar à apresentação de pontos que sejam amplamente extensos e que refiram absolutamente tudo aquilo que é a atividade municipal, mas recordo, e essas sessões estão gravadas e, portanto, podem ser assistidas, podem ser revistas, recordo, eu não estou a responsabilizar nenhum dos presentes, eu estou a fazer uma resenha histórica daquilo que aconteceu, de facto, no mandato anterior e, portanto, por essa razão é que entendemos ainda no mandato anterior fazer um resumo daquilo que é a atividade do município.
Relativamente ao canil municipal, senhor deputado, nós estamos precisamente a encetar as diligências necessárias e os ajustamentos necessários para poder utilizar o equipamento em pleno. É verdade que temos tido algumas necessidades, designadamente necessidades técnicas e de recursos humanos, estamos a suprir essas necessidades e queremos que ele esteja em funcionamento total, cem por cento, digamos assim, na sua capacidade, muito brevemente.
Só dar uma nota relativamente aos enunciados não demonstrados que referiu e, portanto, interpretei, penso ter interpretado bem, que não está demonstrada a sua utilidade, ou na prática, o efeito que terão a mensuração do resultado da execução. Então eu entendi foi uma coisa diferente, todas as intervenções que estão em curso e que foram enumeradas são naturalmente intervenções que levam o seu tempo e vou pegar no seu exemplo, vou pegar no exemplo que referiu, o pavilhão da Escola Gonçalo

Sampaio, pavilhão gimnodesportivo da escola Gonçalo Sampaio, como sabe, e como todos sabemos, é uma intervenção, que era aguardada há muitos anos, como também saberemos todos, não precisamos de grande especialização do ponto de vista técnico para perceber que a oportunidade, a janela de oportunidade do verão, por exemplo, que é o período de paragem, é claramente insuficiente para fazer a requalificação daquele equipamento, portanto, como não é opção mantê-lo no estado em que estava, inevitavelmente, temos de entrar dentro de algum ano letivo e a entrada no ano letivo nestes termos e está previsto até ao final deste trimestre, supôs sim adaptações, nomeadamente na utilização do pavilhão da 25 de Abril, que pressupôs também adaptações por parte da escola Profissional do Alto Ave que utilizava esse pavilhão e que vai passar a utilizar outros equipamentos, designadamente em Monsul.

Portanto, nós somos obrigados a adaptar-nos para poder melhorar a qualidade dos equipamentos que temos. Acho que temos todos, o mérito, direta ou indiretamente, de ter decidido incluir a requalificação deste equipamento no Portugal vinte-trinta que, inevitavelmente, é quase como a requalificação da estrada nacional. Há tantos anos era desejada esta requalificação, inevitavelmente, temos pessoas que estão e têm o seu direito do seu ponto de vista de estarem insatisfeitas com o facto de, em alguns dias termos a fluidez de trânsito condicionada, e terem de passar, por exemplo, pela freguesia de Lanhoso ou termos semáforos que vão ciclicamente priorizando o sentido de trânsito é inevitável e, portanto, nós queremos encurtar esse espaço, digamos assim, de constrangimento, seja no pavilhão da Gonçalo Sampaio, seja também no diálogo que temos mantido com a IP relativamente à requalificação desta via, até porque nesta via há também, como todos sabemos, intervenções que são, que foram e outros que ainda vão ser da responsabilidade da Câmara Municipal. Portanto, do ponto de vista da utilidade, penso que estamos os dois de acordo, do ponto de vista do ponto de situação e da evolução de cada uma destas empreitadas, nós poderíamos tentar mensurar o grau de execução do pavilhão da Escola Gonçalo Sampaio, da execução da Loja do Cidadão, da execução do projeto centralidades na freguesia de Taíde que vai recuperar um edifício público, uma antiga escola e que vai dotá-lo de equipamentos e de meios, e de serviços para prestar à comunidade um serviço que ainda não existe naquela área territorial. Aquilo que é certo é que nós estamos a desenvolver e a implementar o necessário.

Vamos iniciar brevemente também, o projeto da Universidade Sénior na freguesia de Campo, numa antiga escola também, até final deste ano teremos, espero eu, se tudo correr normalmente, a requalificação do campo de jogos de Monsul iniciada, teremos também espero eu, se a reclamação, se o período de reclamação se esgotar sem grandes sobressaltos, estamos precisamente inseridos nesse período, o início da próxima fase do Parque do Pontido, portanto, temos uma série de obras que, de facto, poderão o fórum dos Bombeiros Voluntários, também bem lembrado, o cine fórum dos bombeiros voluntários que também tudo correndo como está previsto, será iniciado até final deste ano, podermos depois informar a Assembleia Municipal se a obra se encontra a 25%, a

37% ou a 52%, poderá ser essa a sua utilidade, sendo franco consigo também, nós não temos esse acompanhamento percentual ao dia, isso não existe, portanto, podemos sim, pontualmente, pedir o grau de execução e informar a Assembleia Municipal, não há nenhuma dificuldade em relação a isso e podemos fazê-lo nas próximas assembleias, esperando que, por exemplo, em dezembro, já tenhamos, por exemplo, o pavilhão da Escola Gonçalo Sampaio, se não terminado muito perto do término, porque temos o compromisso de retomar a atividade normal a partir do próximo semestre e, como sabemos também do segundo período e como sabemos, também há questões que não dependem diretamente do município, depende da capacidade de execução dos empreiteiros há questões que estão previstas na lei, por exemplo, no Bobeiro, em relação à habitação pública, que fizeram, inevitavelmente, com que o prazo pudesse ser prolongado, precisamente pondo em prática aquilo que está previsto na lei, portanto, aí o município nada pode fazer senão aceitar que seja cumprida a lei e participar no cumprimento da lei também, portanto, tudo isto para dizer que há uma série de indicadores que não dependem do município, há sim a possibilidade de nós em cada momento, tentarmos aferir o grau de execução, aceito que isso seja relevante, como é evidente para quem não tenha mais informação do que aquela que eu acabei de prestar, importante mesmo e aí estamos de acordo, tenho a certeza disso, é que estas obras estão em curso e as que não iniciaram vão ser iniciadas, isso faz muita diferença no nosso território porque estamos a resolver problemas graves, tanto na área educativa, como é o caso do pavilhão, como na área cultural, com a requalificação do Cine Fórum, vamos dotar o concelho com o contributo e com a colaboração da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, com cedência daquele espaço por vinte e cinco anos, vamos dotar o concelho de um Auditório digno desse nome, coisa que não existe no território da Póvoa de Lanhoso e, portanto, em relação a isso, tenho a certeza que estamos de acordo. Muito Obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor Presidente da Câmara, agradeço os esclarecimentos e estamos totalmente de acordo que todas as obras que estão aqui enunciadas, independentemente do critério opcional e preferencial que podemos politicamente discutir, são todas importantes e relevantes, e esperemos que não sejam só anunciadas, sejam executadas, estamos de acordo.

Agora relativamente a esta questão do equipamento escolar é fundamental. O senhor alude neste relatório à procura de soluções para financiamento das obras de requalificação e beneficiação também da Escola secundária que são emergentes,

importantíssimas. Tem alguma solução para isto? É um primeiro pedido de esclarecimento.

Relativamente à questão financeira, e daquilo que aqui foi referido pela senhora vereadora, a taxa de execução orçamental, e aqui este documento, a propósito da questão de um documento mais extenso, repare que nós não temos aqui uma informação detalhada, é muito diminuta em termos financeiros aquilo que nos presta a Câmara Municipal, que é o total da receita executada à data e o total da despesa executada à data, sem qualquer discriminação relativamente ao que é corrente, ou ao que é de capital e sem qualquer referência justificativa ou pelo menos e explicativa das respetivas rubricas, e eu queria salientar que os indícios que nós temos aqui são realmente preocupantes, porque nós temos uma taxa de receita neste momento executada e até a taxa de despesa bastante abaixo daquilo que nós pugnávamos ao, pelo menos, suponhamos, neste momento, estamos a três meses do final do ano, com certeza que em maio ou junho, falaremos melhor quando as contas estiverem encerradas, mas isto tem muito a ver ao contrário do que vem aqui dizer, a senhora deputada do partido socialista, de quem eu tenho muita consideração, mas tem muito a ver ao contrário disso, tem muito a ver com a falta ou a pouca execução da receita que vem dos fundos comunitários, nomeadamente e mormente o do PRR porque, de facto, o que nós estamos a ver é que o senhor referiu que a obra do Bobeiro, ainda lá passei hoje que vinha de Guimarães profissionalmente, não vejo nada muito a todo o vapor, não vejo, não vi qualquer movimento na obra, é possível que esta informação seja só relativa a hoje, mas não vejo, Monsul nem sequer iniciou e a subvenção é importantíssima, a Loja do Cidadão ainda agora se iniciou.

O programa PRR é muito claro é que têm que ser obras em fase de conclusão, em quase 90%, por isso, o pedido de esclarecimento que eu lhe peço é se já tem um plano de contingência, qualquer outro tipo de financiamento, até porque o senhor a propósito do PDM aludiu a outras soluções de financiamento, o país o Orçamento de Estado não consegue pagar tudo, sabemos que estamos a passar uma crise tremenda, sabemos como é que está a inflação, sabemos que a nossa dívida pública está em 93% do PIB, sabemos que não vamos continuar sempre com superavits orçamentais, por isso, qual é a solução para estas obras que são fundamentais para o nosso progresso? Para o nosso desenvolvimento concelhio? Muito obrigado, senhor Presidente."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, para resposta.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Ora bem, relativamente à preocupação das candidaturas PRR, é uma preocupação partilhada, e é uma preocupação partilhada pelo município da Póvoa de Lanhoso e pelo

país. A verdade é que, de facto, temos encetado em termos políticos e técnicos tudo aquilo que está ao nosso alcance para fazermos o melhor possível, tendo em conta as circunstâncias que temos, como aqui o senhor Presidente já disse e muito bem, há circunstâncias que não dependem de nós, são as próprias empresas, outras circunstâncias que têm a ver até com o próprio IHRU e com a demora muitas vezes em pôr cá fora os documentos que são essenciais para avançarmos com os processos e com estas circunstâncias todas acreditem que temos feito o melhor.

E sempre com uma convicção plena, de facto, não perdermos dinheiro, e quando agora o Governo lançou esta possibilidade da conclusão substancial da empreitada, ela refere-se a 90% do valor que consta do termo de aceitação do IHRU, do valor elegível daquele projeto e não do valor, de facto, que nos custou a obra, porque bem sabemos, nomeadamente com o Bobeiro que a obra ficou bem acima, está a ficar bem acima daquele que é o valor que foi, de facto, refletido no termo contratualizado com o IHRU e esse sim, diz respeito aos valores PRR.

E relativamente a esse senhor deputado tranquilize-se, nós conseguimos provar neste relatório, e não somos nós, é uma empresa independente que faz a fiscalização, que estão executados 90% dos valores elegíveis na candidatura e, por isso é que foi possível então submeter este relatório de conclusão substancial, que eu tenho a certeza que nisso estaremos todos alinhados, todos temos a convicção e todos queremos, de facto, que ele seja validado e que o PRR, de facto, seja de alguma forma, o valor que vem e que vai fazer a diferença naquela que é a oferta da habitação pública no concelho da Póvoa de Lanhoso.

Foi sempre essa a nossa ambição e continua a ser essa a nossa ambição. A mesma coisa relativamente a Garfe, não falámos de um investimento tão avultado, também tivemos ali alguns problemas com o próprio contrato do serviço, digamos assim, com a empreitada e também aí tivemos que redefinir estratégias, redefinir caminho e agora temos também, uma solução, digamos assim, para que possamos também aqui não perder o valor que estava previsto no termo, os tais 90% do valor elegível.

Como já vos disse, relativamente Oliveira, está tudo concluído, as duas habitações da União das Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira também, isto relativamente à habitação é o que temos em mão. Esta preocupação é tão transversal que o próprio IHRU e o próprio Governo estão a tentar encontrar soluções para também acudir, digamos assim, de uma forma a que usando aqui um termo mais que, de facto, é isto mesmo, porque os municípios estão todos numa fase um bocadinho aflitiva relativamente aos compromissos PRR no sentido de poder encontrarem-se aqui financiamentos paralelos ao PRR que possam diminuir o impacto que os municípios estão a ter no âmbito destas empreitadas.

Temos agora aí avisos no âmbito do 2030 que vão certamente ser orientados para esse fim. O IHRU está empenhado em redefinir essas estratégias, assim como a CCDR-N e nós, obviamente, através da CIM, temos acompanhado com muito pormenor tudo aquilo que

está a ser feito e que está a ser desenhado, mas permitam-me também, que vos diga com toda a clareza, certezas mesmo desses que decidem há muito poucas, eu posso partilhar convosco que ainda há pouco tempo, tivemos uma reunião no âmbito até deste novo aviso para habitação, no âmbito do 2030 e, de facto, até as próprias comunidades intermunicipais não têm ainda muito bem definido como vai ser, para que vai ser, com que regras é que vamos trabalhar aquele valor que temos no âmbito do QIP orientado para cada um dos municípios.

Mas, como vos disse no início, a nossa preocupação é também a vossa preocupação, com a certeza plena que, em termos técnicos e em termos políticos, estamos a fazer tudo o que é possível para que se concluam estes projetos que são essenciais para o concelho da Póvoa de Lanhoso e para que, de facto, as verbas fiquem no concelho da Póvoa de Lanhoso sem se perder nenhum valor PRR.

Queria também prestar um esclarecimento, senhor deputado Rui Rebelo, dar-lhe conta que, de facto, o município da Póvoa de Lanhoso tem um plano estratégico para o turismo já concebido. Foi apresentado o ano passado no âmbito do Dia Mundial do Turismo. Este plano estratégico que foi feito com recurso à nossa equipa técnica está agora numa fase de análise e de aprovação, para a sua aprovação considerámos que devemos ter um plenário, digamos assim, a que nós chamamos o Conselho Municipal para o turismo, que há de refletir sobre esse documento, apreciá-lo e também depois merecer também, alguns contributos para que ele possa ser melhorado. Além do Conselho Municipal para o turismo que está numa fase já avançada de proposta também, há a intenção e faz parte deste plano estratégico existir o Observatório depois para o Turismo que é uma das conclusões também deste plano estratégico.

Neste sentido, o plano estratégico está elaborado, não está aprovado, ainda, ainda está em fase de processo, digamos assim, final de elaboração, ainda vai reunir então no âmbito dos órgãos que nós entendemos que se devem pronunciar sobre este mesmo documento e acreditamos que em breve possamos ter este documento estratégico, também, aprovado. E da minha parte, penso que é tudo.

Peço desculpa, eu pelo lapso, tinha nos meus apontamentos depois passou-me, sim nós de facto, temos com a escola secundária também nós, em termos políticos, diligenciado, já fizemos reuniões com a CCDR-N, com a senhora Vice-Presidente que tem esta área que nos foi muito clara no sentido de dizer que não há mais dinheiro, que não há mais dinheiro, nós vamos ter que redefinir estratégia, também com a Associação Nacional dos Municípios que também nos disse, porque nós já submetemos a candidatura, nós já submetemos a candidatura, não tivemos nenhuma resposta à submissão da candidatura nem de aprovação, nem de não aprovação, a candidatura foi submetida, o que é certo, é que, nós depois não conseguimos ainda em tempo útil, ter uma resposta de quem aprecia as candidaturas relativamente ao desfecho da mesma. Aí a necessidade de termos estas diligências junto de quem nos pode ajudar no sentido de encontrarmos aqui uma forma de conseguirmos aprovar a candidatura, na qual a Câmara Municipal já fez

um investimento enorme em termos de projetos com um envolvimento também enormíssimo da parte da própria escola, em termos das necessidades e do levantamento que foi necessário fazer para construir a candidatura e toda a expectativa que se criou à volta de toda a comunidade escolar e nossa também, digamos assim, por isso, acreditamos que era de bom tom, pelo menos, termos resposta de quem aprecia este processo.

Essa resposta ainda não a tivemos, tivemos sim da parte da CCDR-N muita clareza, muita transparência no sentido de nos dizerem que o dinheiro que existe não chega já para as escolas que já estão em empreitada, digamos assim, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses foi-nos dizendo que acreditam que haverá novas formas de financiamento e que vão ser encontrados pelo Governo novos pacotes, digamos assim, em que pode depois ser integrada esta empreitada, e este projeto da Escola Secundária, entretanto, temos pedido de forma continuada e persistente também audiência ao senhor ministro da Educação e ao senhor ministro da Coesão territorial que também não tiveram disponibilidade para nos receber, mas estamos a aguardar."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto um da ordem do dia.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público municipal do projeto "Complexo Desportivo Municipal da Póvoa de Lanhoso", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.** E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Este ponto vem no seguimento da estratégia que já foi transportada do mandato anterior e que foi até já discutida no início deste mandato, lembro que tivemos um diálogo interessante sobre isso na primeira Assembleia Municipal em que se questionava até se o município era ou não proprietário do terreno, que pertencia à Casa das Agras, à Quinta da Casa das Agras e que pertence ao município, já desde se não estou enganado, 24 de abril de 2025, a data parece-me que será mesmo essa, portanto, isto para dizer que é uma estratégia que vem de trás, que tem a intenção, exatamente, de criar as condições para que possamos implementar um projeto de escala concelhia e que nos

permita passar a dotar o concelho de uma infraestrutura desportiva, um complexo desportivo digno desse nome.

O terreno apresenta algumas condicionantes, parte dessas condicionantes vão ser resolvidas agora no processo de revisão do Plano Diretor Municipal. As condicionantes que têm que ver com a área ecológica não são resolúveis nos termos da revisão deste Plano Diretor Municipal. E nos termos da lei, a forma de o fazer é precisamente reconhecermos na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal o interesse público municipal deste equipamento e, portanto, é isso que trazemos hoje à Assembleia Municipal para podermos dar os passos seguintes e passar às fases seguintes nos próximos meses."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente a esta proposta, o CDS reconhece a importância que o novo equipamento desportivo poderá ter para o concelho. Percebemos que o município pretende criar na Quinta das Agras, um complexo destinado ao desporto escolar, federado e recreativo e que o reconhecimento do interesse público municipal é necessário no âmbito do processo relacionado com a reserva ecológica nacional.

No entanto, tratando-se de um projeto desta dimensão, entendemos que algumas questões devem ficar devidamente esclarecidas à medida que o processo avance. Desde logo, gostaríamos de perceber se existe já um diagnóstico atualizado e qualificado das necessidades desportivas do concelho? Que permita perceber concretamente, quais as necessidades, a que este novo complexo pretende responder?

Por outro lado, o próprio senhor Presidente já referiu anteriormente que o atual pavilhão da Avenida 25 de Abril não responde às necessidades previstas para a próxima década e que seria necessário pensar num equipamento com uma utilização mais multifuncional. Nesse sentido, gostaríamos de perceber como é que este novo complexo se vai articular com os equipamentos que o município já possui, nomeadamente com o atual pavilhão e qual é a estratégia prevista para esses equipamentos no futuro?

Finalmente, consideramos importante que, numa fase posterior, sejam conhecidos com maior detalhe o modelo de gestão, os custos de funcionamento e a estratégia de financiamento do equipamento. São estas questões fundamentais para perceber a sustentabilidade futura de um investimento desta dimensão.

Importa também, deixar claro que a deliberação que hoje temos em mãos, diz respeito ao reconhecimento de interesse público municipal do projeto no âmbito do processo relacionado com a REN e não a aprovação final da construção do complexo.

Por último, seria útil percebermos o fundamento da classificação de reserva Ecológica, quais os motivos que levaram a tal classificação? Sendo ecológica, não seria importante a execução de um estudo de impacto ambiental a priori que servirá de suporte caso o processo avance?

Assim, tendo em conta a importância do projeto, mas também a necessidade de maior informação à medida que o processo evoluir, o CDS irá abster-se nesta votação. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Hoje não vamos aprovar nenhum complexo desportivo, o que vamos é dar capacidade de reutilização de um solo agrícola para poder eventualmente ser feito lá um complexo, e digo eventualmente, porque há muitas questões, ainda muita água vai passar por baixo das pontes. O que vamos aprovar hoje é ultrapassar um problema legal de um terreno agrícola onde não poderia, obviamente, não só pelas questões do PDM, legais também, o que vamos aprovar hoje ultrapassa a lei, não tem nenhum problema, e deverá aparecer já no próximo PDM até pela aprovação de hoje.

Agora, há aqui questões que têm que ser postas claramente, eu acho que o senhor presidente da Câmara pôs os carros à frente dos bois quando comprou os terrenos, porque o que tinha que ser feito logo era um estudo de impacto ambiental para saber que qualidade de terreno estava a ser comprado, porque a questão legal ultrapassa-se hoje. E ultrapassa-se em dois princípios, na Lei 75/2013, diz claramente, primeiro um veto do Tribunal de Contas, porque se começasse a gastar dinheiro nisto, obviamente, era vetado imediatamente porque era ilegal, e depois ultrapassa a questão legal de poder sequer fazer despesa.

Agora vai pelo menos fazer o estudo de arquitetura, digo eu, eventualmente um estudo de impacto ambiental que eu acho coiso, e vai-lhe permitir outra coisa, vai-lhe permitir abrir o concurso público para uma eventual parceria, não se esqueça que tem que fazer concurso público, porque eu ouvi-o dizer que não tinha dinheiro para o fazer em termos públicos, portanto, arranjar um privado, dimensionar, ver a viabilidade disso, mas há aqui uma questão muito séria, muito séria mesmo e por isso eu disse o Presidente da Câmara pôs os carros à frente dos bois, porque devia ter feito logo um estudo de impacto ambiental.

Eu quando não percebo das coisas, normalmente eu estudo ou vou falar com quem sabe. Eu ontem falei com um engenheiro civil, não vou dizer o nome, obviamente, mas um engenheiro civil muito reconhecido em Portugal. Ele diz, Eng.º civil, hoje faz-se tudo, é uma questão de euros, falei também com uma empresa especialista em relvados, faz os

principais relvados dos clubes de futebol de Portugal e de Espanha. Diz-me assim, pois, mas há estudo de impacto ambiental, não há? Que eu saiba não, pois, ali há um problema é que se tiver problemas ambientais graves para fazer a impermeabilização do solo vai ser muito complicado, mas é tudo uma questão de euros. Seiscentos mil euros por hectare, o barato pode sair muito caro e por isso é que eu digo muita água vai passar por baixo das pontes, mas permite, pelo menos, à Câmara Municipal, a aprovação de hoje, estudar estas coisas todas, agora quero dizer claramente, não estamos a aprovar um complexo para ali, estamos a dar a possibilidade à Câmara de forma legal, de começar a fazer estudos sobre esta matéria.

Depois se será lá ou não tudo depende, tudo depende, obviamente, do custo final e da rendibilidade disso, eu tenho a maior das dúvidas em que se consiga um investidor privado, porque eu concordo com multivalência, polivalência e um pavilhão é absolutamente fundamental, mas nós não competimos em termos de grandes concertos com Barcelona, pronto, e os que vêm, vêm ao Porto, ou para Lisboa, eu vou dar só um exemplo, a Legend no Estádio do Dragão conhece o estudo económico, está a prever fazer um grande concerto internacional, e a Legend é a Legend, por ano. Ora, isso não viabiliza um complexo, e um investidor privado quer obviamente rentabilidade porque senão não mete lá dinheiro, e se um investidor privado vir que ainda há problemas ambientais e o custo vai ser quatro ou cinco vezes mais. Então esqueça, esqueçam que ninguém, o concurso fica obviamente deserto.

E fazer congressos ou fazer grandes conferências, ou não sei que mais, nós não competimos com o Parque de Exposições de Braga, e congressos, eventualmente com os dois centros de Congressos do Porto, o Palácio de Cristal e a Alfândega do Porto e, obviamente mesmo em concertos, nem com Gondomar nem com Guimarães, devemos ser ambiciosos, mas só para dizer que aquilo que conseguirmos fazer não viabiliza a entrada de privados nisto. E, portanto, mais vale pensar também agora que se vão fazer os estudos, num complexo mais modesto, onde esteja, por exemplo, obviamente, um miniestádio, dois ou três campos de treinos, e um pavilhão que possa ser multifuncional, mas sem grandes, ou seja, de forma à Câmara Municipal poder fazer isto com investimentos públicos, porque se não for, muito oneroso, obviamente, pode-o fazer, porque eu acho que privado é, obviamente para esquecer.

Mas queria reafirmar, e com isto termino, senhor Presidente da Assembleia, vou mesmo terminar, que hoje só estamos a aprovar a possibilidade da Câmara poder fazer estudos, viabilizando legalmente o solo, a recuperação do solo, e espero que não haja nenhum direito de regresso, também, isso também pode acontecer, estamos a alterar um solo, o valor de compra de um solo, que agora é reclassificado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Só uma nota introdutória a esta assembleia, eu prefiro sempre errar fazendo do que não errar, não fazendo, portanto, acho que vale sempre a pena errarmos, depois logo vemos.

Analisámos a proposta da Câmara Municipal para reconhecer o interesse público municipal do projeto do Complexo Desportivo Municipal da Póvoa de Lanhoso, previsto para a Quinta das Agras, numa propriedade municipal com cerca de sessenta e nove mil e quatrocentos metros quadrados. A proposta é submetida à Assembleia, porque, nesta fase parte da área está integrada na Reserva Ecológica Nacional, sendo necessário fundamentar o caráter de relevante interesse público da intervenção. O projeto responde a uma necessidade real e tem uma importância estratégica para a Póvoa de Lanhoso.

Porém, o documento apresentado não demonstra, mas vai demonstrar no futuro que existe uma carta desportiva municipal, não representa, mas vai representar no futuro que o modelo de negócio ou de gestão não garante, mas vai garantir no futuro, através de regras concretas que o complexo ficará efetivamente ao serviço de toda a comunidade. E este dado é importante, porque vão surgindo ventos e algumas correntes e alguns pensamentos na praça pública, que não devem e eu acho que não podem ser alimentados.

A proposta de análise trata essencialmente de reconhecimento do interesse público e da localização do equipamento, pelo que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta da Câmara Municipal."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Bom, primeiro, nem percebi a intensidade com que tanto se esclareceu que estamos, de facto, a fazer um reconhecimento de interesse público, porque de facto, o ponto é claro, não estamos a fazer mais nada que não seja isso, não há nenhuma outra intenção, nem nada que seja autorizado para além disso e, portanto, se dúvidas houvesse, foi amplamente frisado na sua intervenção e eu acho que parece-me que não há dúvidas nessa matéria.

Se pusemos ou não o carro à frente dos bois é uma questão do ponto de vista, não é? Eu honestamente, e humildemente digo que ouço falar há muitos anos, ouvia falar há muitos anos, muitos anos mesmo e deve haver aqui várias testemunhas disso nesta sala, há muitos anos, mesmo naquela localização, como a localização ideal para um dia se poder estruturar uma infraestrutura desportiva que tivesse uma capacidade instalada

diferente daquilo a que estamos habituados no nosso concelho e, por isso, parcialmente, parcialmente e resolúvel.

Da mesma forma que o senhor informalmente falou com os seus contactos eu informalmente também falei com os meus contactos e, portanto, vamos ver qual dos contactos, os seus ou os meus, tem mais validade, digamos assim, portanto, os contactos informais que estabeleceu são suscetíveis de ser estabelecidos por outras pessoas, nomeadamente pelo Presidente da Câmara Municipal, que foi exatamente isso que eu fiz. Portanto, desse ponto de vista, também estamos esclarecidos, e temos todos direito a ter a nossa opinião e a nossa visão. Eu tenho a opinião e a convicção profunda que ao adquirir aquele terreno e ao projetarmos para aquele terreno este complexo desportivo, estamos claramente a ir de encontro à vontade da população e é uma necessidade que existe, de facto, no nosso território.

Respondendo à senhora deputada, relativamente ao diagnóstico das necessidades desportivas do concelho, facilmente concluímos que nós não temos condições para podermos ter, por exemplo, no nosso concelho, a prática de modalidades olímpicas. Não temos condições para isso, expectável e desejável que passemos a ter condições para isso neste complexo desportivo, que já agora, também quero deixar claro, porque depreendi, não sei se depreendi mal, mas depreendi da intervenção do senhor deputado que idealiza um espaço multifuncional fechado, multiusos, pelas comparações que fez, pelas comparações que fez, eu deduzi isso, não é disso que se trata, que fique claro, que fique claro, não é disso que se trata nesta fase, estamos a falar de um complexo desportivo que terá como equipamento principal um estádio e que terá um ou mais campos de apoio a esse equipamento principal, é disso que estamos a falar neste momento. Aliás, em total coerência, foi disso que falámos durante o período de campanha eleitoral e foi esse o compromisso que assumimos com os povoenses que votaram em nós, portanto, é disso que estamos a falar.

Devemos e podemos projetar para o futuro a possibilidade de termos um espaço com essas características e que seja conjugável também, e respondendo à senhora deputada com a necessidade de fazermos uma gestão dos restantes pavilhões que existem na nossa vila, sim, e é por isso que os seis hectares e meio deste espaço prevê libertar, para além deste espaço que será ocupado previsivelmente pelo complexo desportivo, libertar uma área que possa no futuro, seja lá quando for esse futuro, tão breve quanto possível, esperamos todos, mas não nesta fase, que possa no futuro, esse espaço ser utilizado sim, para um espaço com essas características, um equipamento com essas características, havendo vontade política e condições financeiras para isso poder acontecer, portanto, aqueles seis hectares e meio em termos de planificação, se quisermos aplicar este termo, irão prever nesta fase e até final deste mandato, encontrarmos uma solução para podermos executar o complexo desportivo que não prevê esta possibilidade que o senhor deputado acabou de referir e percebi pela sua reação que interpretei bem aquilo que disse, portanto, este esclarecimento, porque eu não quero que haja dúvidas nenhumas

em relação à nossa intenção neste mandato. Fica em aberto essa possibilidade para o futuro? Fica. Se é no próximo mandato ou em futuros mandatos, ninguém sabe, mas fica em aberto essa possibilidade e fica prevista uma determinada área que se for com base na vontade política atual e com a visão que temos de futuro daquele espaço, deveria e deverá sim no futuro, poder integrar um equipamento multiusos fechado, com essas características.

Relativamente ao financiamento, já agora queria só deixar um apontamento. Se me perguntarem qual é a minha solução, do ponto de vista previsional, qual é a solução prioritária ou aquela que eu entendo que é mais interessante para o município, para os habitantes, é sim uma parceria público-privada. Se à data de hoje, com um pensamento mais atualizado e tendo em conta a forma como o mercado possa ou não reagir, se consideramos a possibilidade de termos planos alternativos em termos de financiamento, temos obrigação de considerar isso e, portanto, estão em aberto todas as possibilidades, tanto uma parceria público-privada, como outras soluções ou outras fórmulas e que sejam até mais vantajosas financeiramente, se for o caso e poderá acontecer, que nos permitam cumprir para com este objetivo.

Portanto, se o mercado vai ou não reagir da forma que o senhor deputado disse, eu não sei e o senhor deputado também não sabe, se nós vamos adotar esta fórmula de financiamento, ou encontrar uma fórmula de financiamento que satisfaça esta necessidade e que não penalize em nada os objetivos deste mandato nem do município nem das juntas de freguesia, com certeza que sim, portanto, nós estaremos, como é evidente, a trabalhar sempre no sentido de encontrar a melhor solução, a melhor solução política, a melhor solução técnica para resolver as questões que o preocupam, com toda a razão, repito, fez os seus contactos eu fiz os meus também, e a melhor solução financeira do ponto de vista do custo, também, para o município e, portanto, se a melhor solução financeira for diferente daquela que eu preferia que fosse muito bem, então vamos adotar esse caminho e adotar essa solução, e quando chegar essa data, e esse momento, e esse debate, também, faremos aqui as devidas comparações, as devidas análises, e cada um tirará, e que não é agora, e cada um tirará as suas conclusões. Este não é o tempo de o fazer, eu só estou, senhor deputado, a fazer este esclarecimento adicional porque o senhor deputado na sua intervenção fez uma alusão a esse aspeto, digamos assim. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor Presidente da Câmara, eu falei no pavilhão, porque a palavra multivalência não é minha, eu interpretei assim um documento que vi da Câmara Municipal, multivalência,

multivalência é polivalência, não é? Pronto, só para dizer para só referir, porque vi isso num documento, mas se não é essa a sua intenção, está corrigida a minha afirmação.
Agora eu quero dizer-lhe uma coisa, quando o ouvi dizer, e isso eu ouvi, que não têm dinheiro público para fazer isto e precisa eventualmente de uma parceria público-privada, embora agora na sua intervenção, já disse, que pode estar aberto a outras soluções, e outras soluções terão que ser, para fazer com o dinheiro público, têm que ser mais minimalistas.
Mas digo-lhe vai ter muitas dificuldades, se não tem um pavilhão multivalência, que é o único atrativo para um investidor económico, porque o investidor económico quer viabilizar o seu investimento, mesmo eu tendo referido grandes concertos, grandes congressos, esqueçam isso, mas de qualquer forma que haja alguma coisa que seja, pelo menos a cenoura para o investidor, se não houver nem vale a pena pensar num investidor privado, mas não vale a pena mesmo, um investidor privado, quer dinheiro.
Eu defendo nesta solução um investimento público, a Câmara Municipal pode-o executar, com mais ou menos dificuldade, pode-o executar, não convém é abrir muito a boca em termos de custo, e por isso, quem nos diz, por exemplo, que não terrenos alternativos que não tenham tantos problemas ambientais, eu espero que eles não apareçam, embora o que me disseram foi, se aquilo não der para impermeabilizar, tem que ser obrigatoriamente, tudo se faz com euros, e portanto, também não podemos ter um custo demasiado elevado porque se não é que tornamos mesmo inviável a participação, eventualmente de um investidor privado, mas não é o tempo de o discutirmos isto, eu estou de acordo, nós vamos votar favoravelmente porque é apenas o interesse público que permite à câmara, digamos, pelo menos, estudar as coisas. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenções, pelo que deu o ponto dois por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 42 votos a favor e 1 abstenção, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público municipal do projeto "Complexo Desportivo Municipal da Póvoa de Lanhoso", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao terceiro e último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e**

Louredo; Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, para o ano letivo de 2026/2027, bem como aprovação de minuta de contrato interadministrativo. E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Este ponto, então trata-se de uma deliberação já habitual no início dos anos letivos, dos anos escolares, desta delegação de competências nas juntas de freguesia, ao nível dos transportes.

Quero deixar aqui em nome do executivo, o nosso agradecimento e também o nosso reconhecimento pelo trabalho que as juntas de freguesia e Uniões de freguesia fazem nesta parceria, que é fundamental para termos as melhores condições para que as nossas crianças e os nossos jovens, porque aqui trata-se, sobretudo do pré-escolar e do primeiro ciclo, sejam transportados da melhor forma, em segurança e em percursos que, de outra forma que se fossem com carreiras normais, não poderiam ser efetuados como são feitos pelas juntas de freguesia, com esta proximidade, com este cuidado, com esta segurança e com toda a atenção redobrada em todas as que são as questões relacionadas com o transporte.

E este, sobretudo, é um serviço que prestam à Câmara Municipal, mas, sobretudo, prestam-no às famílias e também à melhor educação do nosso concelho. Dar-vos nota também que, relativamente ao ano anterior, o valor, tem aqui um aumento da inflação acumulada desde 2024, (2024, 2025 e 2026), que era também uma ambição e um reparo que nos iam fazendo ao qual nós tivemos também recetivos e o nosso compromisso, porque essa foi uma decisão que o executivo, tomou, que a partir deste ano, os valores serão sempre atualizados com base na taxa de inflação, por isso, têm aqui também este nosso compromisso público relativamente ao valor dos contratos interadministrativos e, mais uma vez, deixo aqui os meus agradecimentos ao trabalho e à vossa parceria."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O CDS considera que a proximidade das juntas de freguesia pode ter um papel muito importante na organização dos transportes escolares, sobretudo quando falamos de uma resposta diretamente ligada às crianças e às suas famílias.

A proposta que temos hoje em apreciação envolve dezasseis freguesias e uniões de freguesias, com uma verba global de cerca de sessenta e sete mil euros, destinada a assegurar diferentes necessidades de transporte escolar, no ano letivo, 2026/2027.

Consideramos positiva esta lógica de proximidade e de articulação com o município e as freguesias. Entendemos que quem está mais próximo das populações consegue em determinadas situações, responder de forma mais ajustada às necessidades de cada território.

Deixamos, contudo, uma questão que consideramos importante. É fundamental garantir que os recursos transferidos acompanham efetivamente os custos necessários à prestação deste serviço durante todo o ano letivo. Combustível, manutenção, seguros e outros encargos associados aos transportes podem sofrer alterações e uma verba definida no início do ano letivo pode revelar-se insuficiente durante a execução. A própria minuta prevê mecanismos de acompanhamento e avaliação da execução dos contratos por parte do município, pelo que entendemos que esse acompanhamento deve ser efetivo.

Há ainda uma questão formal que importa assegurar na versão final, a referência ao calendário escolar de 2023/2024 quando estes contratos dizem respeito ao ano de 2026/2027 que deverá ser corrigido.

Posto isto, o CDS valoriza esta solução de proximidade e entende que a delegação de competências deve ser acompanhada dos recursos necessários à sua execução, garantindo a continuidade e a qualidade do serviço prestado às nossas crianças. Por estas razões, o CDS votará favoravelmente esta proposta. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes.

Interveio a deputada Sandrina Fortes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente ao ponto três, os deputados do PSD, veem com agrado a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências para os transportes escolares para este ano letivo.

Importa destacar que esta proposta vai de encontro a uma posição do PSD e que tem vindo a destacar, a necessidade de uma atualização dos valores financeiros associados a essas competências, tal como disse a senhora vereadora, de forma a acompanhar a evolução dos custos efetivamente suportados pelas juntas e uniões de freguesia.

Por isso, vemos com particular agrado que uma proposta que temos vindo a defender esteja agora a ser concretizada. Consideramos fundamental que as freguesias disponham dos meios necessários para garantir um transporte de qualidade, segurança e proximidade, assegurando que nenhuma criança fica prejudicada pelo sítio onde vive e, deste modo, queremos deixar aqui uma palavra de agradecimento às juntas de freguesia e Uniões de freguesia que têm assegurado este serviço, com dedicação e proximidade.

Naturalmente, entendemos que estes valores devem de continuar a ser acompanhados e avaliados, tendo em conta a evolução dos custos, nomeadamente, não poderemos

deixar de falar dos combustíveis, da manutenção, dos seguros, etc., para que os recursos transferidos sejam efetivamente suficientes. Assim, votaremos favoravelmente este ponto. Muito obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:
"Analisamos e vamos votar um ato de gestão e onde importa, fundamentalmente, assegurar a melhor prestação do serviço.
Realçamos o reconhecimento pelo esforço feito pelas juntas na prestação deste serviço e acreditamos que quanto maior é a proximidade melhor é o serviço.
O Partido Socialista votará favoravelmente a proposta."

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto três por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo; Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, para o ano letivo de 2026/2027, bem como aprovação de minuta de contrato interadministrativo.

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminada a sessão da Assembleia colocando à votação do plenário a aprovação da ata em minuta, para produção imediata de efeitos das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Pediu a todos que guardassem nas suas agendas o dia 05 de dezembro para um evento que está a ser preparado, pela Assembleia Municipal, no âmbito da comemoração dos 50 anos do poder local democrático. E desejou uma boa noite a todos.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.